DOCUMENTOS AFIXADOS NO QUADRO DE AVISOS 2004



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 155 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 135 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002 - QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA A CIP - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 135 de 26 de Dezembro de 2002, que Institui no Âmbito do Município de Holambra a Cip - Contribuição de Iluminação Pública e dá Outras Providências.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2005.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de Novembro de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

RESOLUÇAO Nº 109, DE 14 DE OUTUBRO DE 2004.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º, ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º E ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO 085/2000.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, e eu seu Presidente promulgo as seguintes alterações ao Projeto de Resolução 085/00:

Artigo 1º - O artigo 1º do Projeto de Resolução 085/00 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica criado o Informativo da Câmara Municipal de Holambra, periódico trimestral, de responsabilidade da Mesa da Câmara".

Artigo 2º - Fica acrescentado ao artigo 2º o seguinte parágrafo único:

Artigo 2º - ...

Parágrafo único: Deverá ser publicado, minimamente, em linguagem acessível ao grande público, com indicação dos respectivos números seqüenciais, ementas e autoria , a relação de todas as votações dos Projetos de Lei, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução, Emendas à Lei Orgânica, Requerimentos e Moções que ocorreram na Câmara Municipal no decorrer do último trimestre, como também as indicações apresentadas no período.

Artigo 3º - O parágrafo único do artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único: Excluam-se da proibição deste artigo, os nomes dos vereadores das proposições e indicações protocoladas e votadas na Câmara Municipal."

Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de outubro de 2004.

AUTORIA: VEREADOR Pe. NICOLAU JOÃO BAKKER

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Noemia Tomaz Vieira
Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI Nº 507 DE 22 DE OUTUBRO DE 2004

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS FECHADOS E ADEQUAÇÃO DOS JÁ EXISTENTES"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1°- Para os fins desta Lei, conceitua-se loteamento fechado como sendo o loteamento cercado, murado ou com divisas naturais no todo ou em parte do seu perímetro.

Artigo 2°- As áreas públicas de lazer e as vias de circulação que serão objeto de permissão de fechamento, deverão ser definidas por ocasião da aprovação do loteamento, aprovado de acordo com as exigências da Lei Federal nº 6.766/79 e das demais exigências das legislações estaduais e municipais.

Artigo 3°- A permissão do fechamento das áreas públicas de lazer e das vias de circulação, será outorgada ao loteador que repassará à Associação dos Proprietários, constituída sob a forma de pessoa jurídica, com a explícita definição de responsabilidade para aquela finalidade, independentemente de licitação.

Artigo 4°- Nos novos loteamentos, as áreas destinadas a fins institucionais, nos termos previstos na Legislação Federal, serão definidas por ocasião da aprovação do projeto de loteamento e

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

deverão estar situadas obrigatoriamente do lado externo, sob responsabilidade da Prefeitura.

§1°- No ato da solicitação do pedido de diretrizes deverá ser especificada a intenção de implantação da modalidade de loteamento.

§ 2°- Nos novos loteamentos as diretrizes urbanísticas definirão um sistema viário de contorno às áreas fechadas, se necessário.

§ 3°- Em caso de indeferimento do pedido de diretrizes, as Diretorias de Planejamento e Obras, deverão apresentar as razões técnicas devidamente fundamentadas, mantendo o loteador o direito de contestar tecnicamente a negativa num prazo de 15 dias a contar da publicação do indeferimento.

§ 4°- Nos novos loteamentos a construção de muro ou cerca divisória, obedecerá ao recuo de 8,00m do alinhamento do logradouro público, em uma metragem de no mínimo 50,00 m na testada. A portaria deverá ter um recuo mínimo de 15m do logradouro público, devendo estar previsto área para estacionamento.

§ 5°- Para os fins dispostos no parágrafo anterior, se a testada contar com metragem inferior a 50,00m, o recuo será observado em toda a sua extensão.

Artigo 5°- Quando as diretrizes viárias definidas pela Prefeitura Municipal de Holambra seccionarem a gleba objeto de projeto de loteamento fechado, deverão essas vias estar liberadas

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

para o tráfego, sendo que as porções remanescentes poderão ser fechadas.

Artigo 6°- As áreas públicas de lazer e as vias de circulação, definidas por ocasião da aprovação do loteamento fechado, serão objetos de permissão de uso por tempo indeterminado.

§ 1°- A permissão de uso de que trata o "caput" deste artigo poderá ser revogado pelo Executivo Municipal, ouvindo-se, previamente, comissão especial formada por membros da Diretoria de Planejamento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Associação de Proprietários.

§ 2°- A revogação de que trata o parágrafo anterior não implicará em qualquer ressarcimento à Associação ou Loteador outorgado.

Artigo 7°- Fica a Prefeitura Municipal de Holambra autorizada a outorgar a permissão de fechamento de que trata o artigo 2°, nos seguintes termos:

§1° - A permissão de fechamento e a aprovação do loteamento serão formalizados por decreto do Poder Executivo.

§ 2° - A outorga da permissão de fechamento deverá constar do Registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Artigo 8° Será de inteira responsabilidade da Associação dos Proprietários ou do Loteador:

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

I – murar ou cercar a área do loteamento, em conformidade com projetos previamente aprovados pelos órgãos competentes;

II – a manutenção da portaria;

III – manutenção e conservação das calçadas;

IV – os serviços de manutenção das árvores e poda, quando necessário;

V – a Associação ou Loteador, a seu critério, poderá construir, manter e conservar áreas de lazer para uso exclusivo do loteamento, em conformidade com projeto que deverá ser previamente aprovado pelos órgãos competentes da Municipalidade;

VI – garantia de ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem estar da população;

VII – sinalização interna complementar do loteamento, de acordo com os códigos nacionais que as regulamentam, sob aprovação prévia da municipalidade.

§ 1°– A Associação de Proprietários poderá, a fim de dar cumprimento aos incisos deste artigo e sob sua responsabilidade, firmar convênios ou contratos com órgãos públicos ou entidades privadas.

Artigo 9°– Caberá a Prefeitura Municipal de Holambra a responsabilidade pela determinação, aprovação, execução, e

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

fiscalização das obras de manutenção e conservação dos bens públicos.

Artigo 10 - Se a entidade se omitir na prestação dos serviços de que tratam os incisos do artigo 8º, o Poder Executivo poderá reassumi-los, acarretando as seguintes conseqüências:

I - perda da característica do loteamento fechado;
II - perda das isenções de taxas ou descontos, se existirem;

Parágrafo Único - Quando a Prefeitura Municipal determinar a retirada de benfeitorias tais como fechamentos, portarias e outros, estes serviços serão de responsabilidade da Associação de Proprietários, ou do Loteador, no caso desta não ter sido criada. Se não executados nos prazos determinados, o serão pela Prefeitura, cabendo à Associação dos Proprietários ou ao Loteador, se for o caso, ressarcimento de seus custos.

Artigo 11 - Será permitida à Associação dos Proprietários controlar o acesso às áreas do loteamento.

Artigo 12 - As disposições construtivas e os parâmetros de ocupação do solo a serem observados para edificações nos lotes, deverão atender as exigências definidas pelas Leis Municipais nº 105 de 29 de dezembro de 2000, e nº120 de 26 de dezembro de 2001, para a zona de uso onde o loteamento estiver localizado.

Artigo 13 - Após a publicação do decreto de outorga da permissão de fechamento, a utilização das áreas públicas internas ao loteamento, respeitado os dispositivos legais vigentes, poderão ser objeto de regulamentação própria da entidade representada pela

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 001/2005 **DE 03 DE JANEIRO DE 2005**

DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA PARA 2005.

Considerando o artigo 30, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 83, da Lei Complementar n.º 052, de 25 de setembro de 1995, que Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

IRAN DAIER BRUNHANI, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE

Artigo 1º - Fica estabelecida a escala de férias dos funcionários da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para o exercício de 2005, da seguinte forma:

NOME	CARGO	PERÍODO
ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA	CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA	01/11 A 30/11/2005
DANIELA CRISTINA SANTOS	SECRETÁRIA III	02/05 A 31/05/2005
LENI PEREIRA SANTOS FERREIRA	COPEIRA	01/06 A 30/06/2005
NOEMIA TOMAZ VIEIRA	SECRETÁRIA III	01/02 A 02/03/2005

Artigo 2º - As férias serão concedidas mediante requerimento do funcionário, e a critério da administração,poderá haver alteração nos períodos pré-definidos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 03 de janeiro de 2005.

IRAN DAIER BRUNHANI
Vereador/Presidente

Publicada por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

Noemia Tomaz Vieira
Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

(PUBLICAÇÃO)
REFERENTE AO CONVITE N.° 001/2005

O VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

FAZ PÚBLICO QUE SE ACHA ABERTA, NA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, DE HOJE ATÉ AS 10 HORAS DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2005, LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE CARTA CONVITE, EM REFERÊNCIA, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ADVOGADO, PARA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, NA ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES SUBMETIDAS À APRECIAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, AOS 03 DE JANEIRO DE 2005.

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DESCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DO CONVITE N.° 001/2005

01 – Redigir ofícios, pareceres das Comissões Permanentes, Assuntos Relevantes, Representação, Processantes, Parlamentares de Inquérito e outros atos do Legislativo, defender a Câmara Municipal em todas as instâncias do Poder Judiciário, sendo que todas as despesas com custos, viagens, e etc..., relacionadas com processos serão sempre suportadas pela Câmara Municipal.

02 – Colaborar na redação de alterações ao Regimento Interno e Lei Orgânica.

03 – Fornecer orientação quanto ao funcionamento da Câmara de modo racional e objetivo, zelando pela boa imagem junto à população.

04 – Redigir esclarecimentos e recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado no que for solicitado.

05 – Assistir a Presidência e aos Vereadores no que for necessário.

06 – Informar, esclarecer e redigir alterações na Legislação Municipal, adequando- as às Legislações Estadual e Federal.

07 – Proceder defesas ou recursos em Processos Judiciais ou do Tribunal de Contas, contra a Câmara Municipal, até final decisão, salvo encerramento anterior do contrato de Prestação de Serviços.

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 038/2004.

APROVA O PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, seu Presidente promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º- Fica aprovado o **PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO,** exarado no **Processo T.C. Nº 02937/026/02, FAVORÁVEL A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA,** referentes ao Exercício Financeiro de 2002.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 02 de dezembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de avisos da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 014, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE FUNCIONÁRIA PARA DESEMPENHO DE ATRIBUIÇÕES RELATIVAS A SECRETARIA.

Considerando o afastamento da funcionária Andréia Pereira Campanha, Chefe de Expediente e Secretaria desta Casa de Leis, em virtude da licença gestante.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar, a partir de 10 de setembro de 2004, a funcionária Noemia Tomaz Vieira – RG. 33.744.211-3, Secretária III, referência 7, Tabela II, Quadro Único de Pessoal Fixo, da Resolução nº 022/95, para desempenhar, além de suas funções de Secretária III, as atribuições relativas a Chefe de Expediente e Secretaria deste Legislativo.

2º - Enquanto desempenhar as atribuições especificas no artigo anterior, será concedida à funcionária, com fundamento no artigo 163, I e 164, da Lei Complementar nº 052, de 25 de setembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 081/98, gratificação por serviço extraordinário, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) do valor de seu vencimento.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de setembro 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PORTARIA N.º 013, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE A FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no artigo 103 e parágrafos da Lei Complementar nº 052/95, (Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Municipais),

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a funcionária, ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Chefe de Expediente e Secretaria, referencia 13 (treze), Tabela II, Quadro Único de Pessoal Fixo da Resolução n.º 022, de 12 de abril de 1995, 120 (cento e vinte) dias de licença gestante, a partir de 10 de setembro de 2004.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 10 de setembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 505 DE 23 DE JUNHO DE 2004

DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, INSTITUI E DISCIPLINA O TERMO DE PARCERIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - Artigo 01 a 08.

Artigo 1º. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei, pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999 e Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

§1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§2º - O reconhecimento da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei, pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999 e Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Artigo 2º. Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no Artigo 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;
II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
V - as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
IX - as organizações sociais;
X - as cooperativas;
XI - as fundações públicas;
XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas;
XIII - as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o Artigo 192 da Constituição Federal.

Artigo 3º. A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;
II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
VII - promoção do voluntariado;
VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Artigo 4º. Atendido o disposto no Artigo 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - É permitida a participação de servidores públicos na composição de Conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Artigo 5º. Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter o reconhecimento da qualificação instituída por esta Lei perante a municipalidade, deverá formular requerimento escrito dirigido ao Executivo Municipal, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;
II - ata de eleição de sua atual diretoria;
III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
IV - declaração de isenção do imposto de renda;
V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes;
IV - certificado de qualificação expedido pelo Ministério da Justiça, nos termos dos arts. 5º e 6º, da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Artigo 6º. Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.
§1º No caso de deferimento, o Executivo Municipal expedirá Decreto, no prazo de quinze dias da decisão, reconhecendo a requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, no âmbito do Município.
§2º Indeferido o pedido, o Executivo Municipal, no prazo do §1º, dará ciência da decisão, mediante publicação na imprensa oficial do Município.
§3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no Artigo 2º desta Lei;
II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
III - a documentação apresentada conforme o Artigo 5º, desta Lei, estiver incompleta.

Artigo 7º. Perde-se o reconhecimento da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Artigo 8º. Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas de fiscalização da Câmara Municipal, é parte legítima para requerer, administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II DO TERMO DE PARCERIA - Artigo 09 a 15.

Artigo 9º. Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público, previstas no Artigo 3º desta Lei.

Artigo 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.
§1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.
§2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;
IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;
VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Artigo 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.
§1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de forma paritária entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
§2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.
§3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Artigo 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Artigo 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o Artigo 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e à Secretaria de Negócios Jurídicos, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei Federal n.º 8429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990 e Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Artigo 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do Artigo4º desta Lei.

Parágrafo Único. Na contratação de pessoal, será sempre indispensável a realização de processo seletivo.

Artigo 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula .de inalienabilidade.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Artigo 16 a 20.

Artigo 16. É vedada às entidades reconhecidas pelo Município como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas, sob pena de perda do reconhecimento da qualificação.

Artigo 17. O Executivo Municipal, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Artigo 18. As omissões porventura contidas na presente Lei, serão supridas pela aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Artigo 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Artigo 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Junho de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DECRETO LEGISLATIVO N. º 037 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃ HOLAMBRENSE A SENHORA PATRÍCIA DE PAULA LEITE.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, seu Presidente promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º- É concedido a Senhora **PATRÍCIA DE PAULA LEITE**, o título de "Cidadã Holambrense", em reconhecimento ao brilhante e importante trabalho desenvolvido no Município da Estância Turística de Holambra, frente ao Jornal da Cidade (JC).

Artigo 2º- A honraria de que trata o artigo anterior, será solenemente outorgada em data e local a serem fixados oportunamente.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotações no Orçamento Vigente.

Artigo 4º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de novembro de 2003.

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
Presidente

AUTORIA: VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA,

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 026/2004
PROJETO DE LEI Nº 016/2004

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1°- A Zona de Expansão Urbana do Município da Estância Turística de Holambra, estabelecida pela Lei n° 1.604/85 do Município de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n° 026/93, 095/94,201/95 e 290/98, passa a vigorar com o acréscimo de ampliação de uma área de **38.625,62 m2** (trinta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados e sessenta e dois milésimos) ou **3,86 has** com as seguintes medidas e confrontações: começa presente linha divisória no marco J5b, cravado na margem de estrada de 10,00m de largura e na divisa do lote 12 da Seção D da Fazenda Ribeirão, de propriedade de Johannes A. M. Naburus, segue daí confrontando com a estrada com rumos e distâncias: 03°08' 08" SW e 173,13 m até o marco Oaaa; 28° 25' 03"SW e 31,90 m até o ponto XDII 1bF; daí confrontando com Gleba 11AB com rumos e distâncias: 76°34 43" SE e 33,42 m até o ponto XDII1bE; 13°25 17" SW e 33,00m até o ponto XDII1bD; 76° 34' 43" SE e 60,00m até o ponto XDII1bC; 13°25'17" SW e 15,00 m até o ponto XDII1bB; 76° 34' 43"SE e 64,97m até o ponto XDIIbA; daí segue à esquerda por uma valeta , confrontando com terras de A Van Groes com rumo o e distância de 06° 07 54" NW e 79,60 m até encontrar o córrego da Palha Grande até o marco XDII1B: daí segue o córrego acima por 220,00m até o marco XDIaa, daí segue a esquerda, confrontando com terras de Johannes A. M. Naburus ou sucessores com o rumo e distância de 89° 15 17" NW e 203,78 m até o marco J5b , que serviu de partida para o seguinte memorial.

ARTIGO 2°- Ficam submetidos às restrições urbanísticas e às normas adotadas no Código de Obras do Município de Holambra, bem como o Código Tributário Municipal e posteriores , as áreas descritas e caracterizadas no artigo 1° da presente Lei.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ARTIGO 3°- As plantas "Ampliações do Perímetro Urbano" e Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrantes desta Lei.

ARTIGO 4°- Esta Lei ficara em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5°- Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara municipal da Estância Turística de Holambra, aos 30 de dezembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº 018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1° - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo nos dias 30 e 31 de dezembro de 2004, (quinta-feira e sexta-feira) e voltará ao atendimento normal no dia 03 de janeiro de 2005.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de dezembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº 017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1° - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo nos dias 23 e 24 de dezembro de 2004, (quinta-feira e sexta-feira) e voltará ao atendimento normal no dia 27 de dezembro de 2004.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de dezembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 024/2004
PROJETO DE LEI N. º 015/2004.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2.005.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício financeiro de 2005, estima a receita e fixa a despesa em R$ 19.672.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**17.948.500,00**
Receita Tributária	3.861.000,00
Receita Patrimonial	75.000,00
Receita de Serviços	812.000,00
Transferências Correntes	12.426.500,00
Outras Receitas Correntes	774.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**1.750.000,00**
Alienação de Bens	250.000,00
Transferências de Capital	1.500.000,00
TOTAL GERAL	**19.698.500,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.198.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**18.500.000,00**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**1.172.000,00**
Receita de Contribuições	620.000,00
Receita Patrimonial	550.000,00
Outras Receitas Correntes	2.000,00
TOTAL GERAL	**1.172.000,00**

3- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**19.120.500,00**
Receita Tributária	3.861.000,00
Receita de Contribuições	620.000,00
Receita Patrimonial	625.000,00
Receita de Serviços	812.000,00
Transferências Correntes	12.426.500,00
Outras Receitas Correntes	776.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**1.750.000,00**
Alienação de Bens	250.000,00
Transferências de Capital	1.500.000,00
TOTAL GERAL	**20.870.500,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.198.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**19.672.000,00**

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas de Trabalho e Natureza da Despesa, integrantes desta Lei.

1 – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa	580.000,00
02 – Judiciária	133.100,00
04 – Administração	1.504.600,00
06 – Segurança Pública	599.100,00
08 – Assistência Social	568.000,00
09 – Previdência Social	320.000,00
10 – Saúde	3.568.700,00
12 – Educação	5.858.300,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

13 – Cultura	145.100,00
15 – Urbanismo	2.534.500,00
17 – Saneamento	650.500,00
20 – Agricultura	190.100,00
23 – Comércio e Serviços	92.100,00
26 – Transporte	617.400,00
27 – Desporto e Lazer	438.500,00
99 – Reserva de Contingência	1.872.000,00
TOTAL GERAL	**19.672.000,00**

2 – POR SUBFUNÇÕES

031 – Ação Legislativa	580.000,00
062 – Defesa do Interesse Púb. no Proc. Judiciário	133.100,00
122 – Administração Geral	1.338.500,00
123 – Administração Financeira	129.500,00
124 – Controle Interno	107.000,00
129 – Administração de Receitas	129.600,00
181 – Policiamento	599.100,00
241 – Assistência ao Idoso	65.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	220.200,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	89.300,00
244 – Assistência Comunitária	193.500,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	120.000,00
301 – Atenção Básica	3.432.000,00
304 – Vigilância Sanitária	61.500,00
305 – Vigilância Epidemiológica	75.200,00
306 – Alimentação e Nutrição	510.100,00
361 – Ensino Fundamental	3.856.000,00
364 – Ensino Superior	200,00
365 – Educação Infantil	1.441.100,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	30.500,00
367 – Educação Especial	20.400,00
392 – Difusão Cultural	145.100,00
451 – Infra - Estrutura Urbana	2.047.000,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 025/2004
PROJETO DE LEI Nº 017/2004

INCLUI NO CURRICULO OFÍCIAL DA REDE DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL E PARTICULAR A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "TRANSPLANTE E DOAÇÃO DE ÓRGÃOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da Rede Pública Municipal, e Particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre "Transplante e Doação de Órgãos".

Parágrafo Único – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo será incluído na matéria de Ciências Biológicas, complementado com palestras informativas a serem aplicadas por profissionais qualificados.

Artigo 2º - O calendário escolar incluirá o dia 27 de Novembro como o "Dia Municipal da Doação de Órgãos" na Estância turística de Holambra.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara municipal da Estância Turística de Holambra, aos 09 de dezembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº 022/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 006/2004

"ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, da Lei Complementar nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 59 – O Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza, de competência do Município, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes no Anexo I, da presente Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas no Anexo I, da presente Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O Imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, como o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Artigo 59A – O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros do conselho consultivo ou do conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único – Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Artigo 60 – O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços de cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

III – da execução da obra, no caso de serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS) e acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

IV – da demolição, no caso de serviços de demolição;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;

XI – da execução dos serviços de escoamento, contenção de encostas e congêneres;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços de limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços de Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e embarcações;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bem;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres: espetáculos teatrais, exibições cinematográficas, espetáculos circenses, programas de auditório, parques de diversões, centros de lazer e congêneres, boates, táxi-dancing e congêneres, shows, ballet, danças, desfiles,

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, feiras, exposições, congressos e congêneres, bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não, corridas e competições de animais, competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, execução de música, fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo, desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres, exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres, recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza, exceto produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços de transporte de natureza municipal;

XVIII – do estabelecimento do tomador de mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários: serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de moviment5ação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres; serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres e serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

§ 1º - No caso dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços, de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços portuários, ferroviários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

Artigo 61 – Contribuinte é o prestador do serviço.

Artigo 62 – Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestação do serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância do serviço a ser prestado, habitual ou eventualmente em outro local.

Parágrafo Único – A existência do estabelecimento prestador configura-se pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II – estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação, como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais ou municipais;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço, em impressos e formulários, locação de móvel, propaganda ou

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

Artigo 63 – A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação de serviço;

III – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços.

Artigo 63A – O contribuinte que exercer mais de uma atividade relacionadas no Anexo I, da presente Lei ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Artigo 64 – Para o financiamento do Fundo Municipal de Combate à Pobreza, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluo.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 65 – A base de cálculo do imposto sobre serviços prestados exclusivamente sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada anualmente. Aplicando-se os valores constantes na coluna "B" do Anexo I, da presente Lei.

§ 1° - A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2° - Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I – por firmas individuais;

II – em caráter permanente, sujeito as normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo;

III – com o auxílio de terceiros, exceto aqueles que não tenham relação direta com a atividade desenvolvida, empregados ou não, salvo na condição de auxiliar, em número máximo de 02 (dois).

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 66 – A base de cálculo do imposto sobre os serviços para as demais atividades ou hipóteses não elencadas no artigo anterior, é o preço do serviço, as quais se aplicam as alíquotas especificadas na coluna "A" do Anexo I, da presente Lei.

§ 1º - O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

§ 2º - Quando os serviços descritos nos subitens 3.04 e 22.01 da lista do Anexo I, da presente Lei, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, a extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no território do Município.

§ 3º - Não se incluem na base de cálculo do imposto previsto nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I, da presente Lei:

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, efetivamente incorporados a obra cujo documento fiscal, em suas vias, conste a indicação expressa da obra a que se destina.

a) materiais que originariamente forem destinados a obra, que já foram objeto de dedução da base de cálculo, e que, por quaisquer circunstâncias não foram efetivamente incorporados a mesma, terão seus valores reincorporados a base de cálculo, com o conseqüente pagamento do tributo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 67 – Na falta do preço do serviço referido no § 1º do artigo 65, ou não sendo desde logo conhecido, será fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Artigo 68 – O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Artigo 69 – Os sinais e adiantamento recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta do mês em que forem recebidos.

Artigo 69A – Quando a prestação for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Artigo 69B – A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Artigo 69C – As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Artigo 69-D – Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo Único – Consideram-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens, serviços ou direitos adquiridos inclusive terrenos.

Artigo 69E – Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante de multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Artigo 69F – Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

SEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO

Artigo 70 – O contribuinte deve promover sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessários para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá inscrição distinta.

§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3º - A concessão da inscrição fica condicionada ao atendimento das exigências para o exercício de cada atividade.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 71 - Ao requerer a inscrição, as pessoas físicas deverão anexar cópia da cédula de identidade (RG), cópia do CPF, comprovante de endereço e cópia de documento que o habilite ao exercício da atividade, quando for o caso, enquanto que as pessoas jurídicas deverão entregar toda a documentação que a constituem juridicamente para o exercício de sua atividade, como também comprovante de endereço e outros documentos exigidos em regulamento.

Artigo 72 - Os prestadores de serviços sujeitos ao imposto, de conformidade com os itens 7.02, 7.04 e 7.05 do Anexo I, da presente Lei, deverão proceder a escrituração, nos livros por obra a ser administrada, empreitada ou subempreitada.

Parágrafo Único - Ficam dispensados de efetuar a escrituração prevista no caput os contribuintes que na escrita comercial efetuarem a individualização das obras, desde que atendidas as exigências da fiscalização tributária.

Artigo 73 - Os contribuintes a que se referem os itens e subitens do Anexo I, da presente Lei deverão atualizar os dados no cadastro fiscal do ISSQN dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência da alteração.

Artigo 73A - O contribuinte deve comunicar à repartição fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua ocorrência, a cessação de atividades, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

§ 1º - Em caso de o contribuinte deixar de recolher o tributo por 1 (um) ano ou mais e não ser encontrado no endereço fornecido para o departamento competente, a inscrição e o cadastro poderá ser baixado de ofício, anexando ao processo administrativo o auto de constatação dessa ocorrência ou edital de convocação.

§ 2º - A anotação de cessação ou paralisação de atividade não extingue débitos anteriores ou posteriores, ainda que venham a ser apurados após a baixa de ofício.

Artigo 73B - A emissão de nota fiscal de serviços ou recibo profissional de autônomo (RPA), assim como a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, para o registro das operações sujeitas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, são obrigatórias a todos os prestadores de serviços, cujos modelos, forma e prazo de escrituração, e tudo o mais que diga respeito ao interesse da Fazenda Pública Municipal, e por ela proposta, serão regulamentados por ato do executivo.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

§ 1º - A Fazenda Pública Municipal poderá exigir, igualmente, os documentos que entender necessários dos responsáveis tributários, ou outras pessoas ligadas ao fato gerador.

§ 2º - Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pêlos débitos, acréscimos de multas e juros, referentes a qualquer deles.

§ 3º - Os prestadores de serviços autônomos, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderão ser obrigados à utilização dos livros fiscais.

§ 4º - Todos os contribuintes enquadrados no regime mensal de apuração do ISSQN, inclusive regime especial, bem como os tomadores de serviço, responsáveis ou não pelo recolhimento do tributo, prestarão, periodicamente, à Fazenda Pública Municipal, informações referentes às suas atividades e demais dados, conforme disciplinado em regulamento.

§ 5º - A Prefeitura, através da Secretaria de Finanças do Município, poderá instituir em complemento aos documentos fiscais previstos na legislação tributária do município, o sistema especial de controle, fiscalização e arrecadação, ao qual ficará submetido todo contribuinte, responsável ou intermediário dos serviços descritos nos itens e subitens do Anexo I, da presente Lei, e se constituirá na prestação periódica, por parte dos mesmos, de informações relativas aos serviços prestados, tomados ou intermediados para fins de comprovação do recolhimento do imposto ou do direito ao crédito fiscal da administração pública municipal.

§ 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e regulamentar a declaração de movimento Econômico, por Decreto.

§ 7º - Ficam recepcionados, no que couber, todos os regulamentos existentes, enquanto não editada nova regulamentação.

§ 8º - Fica vedada a utilização de qualquer meio de faturamento cujo mecanismo não permita a impressão de todas as vias a um só tempo.

§ 9º - Toda a AIDF (Autorização para Impressão de Documentos Fiscais) determinará prazo de validade dos documentos a serem confeccionados ou autorizados, que será impresso nos mesmos.

I - O prazo máximo será de 2 (dois) anos, contado da data da autorização;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

II - Todos os documentos fiscais de faturamento autorizados até 31/12/2003, terão sua validade até 31/12/2005.

Artigo 73C - O extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais devem ser comunicados a Municipalidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência.

§ 1º - O comunicado deve mencionar a circunstância de fato, esclarecer se houver registro policial, identificar os livros ou documentos extraviados ou inutilizados, informar a existência do débito fiscal e dizer sobre a possibilidade de reconstituição da escrita o que deverá ser efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

§ 2º - O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, no jornal oficial de publicação dos atos oficiais do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§ 3º - A legalização dos novos livros e talonários, fica condicionada a observância do disposto neste artigo.

Artigo 73D - Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita fiscal e os documentos instituídos ou que vierem a ser instituídos por força desta e/ou de outra Lei, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as autoridades fiscais.

Artigo 73E - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como, os documentos fiscais gerenciais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte a que der causa o registro, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender a requisição da Autoridade Fiscal.

Artigo 73F - Os contribuintes obrigados à emissão de nota fiscal de serviços deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: "ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇO", indicando o número do telefone para reclamações, que deverá corresponder ao da Fiscalização Municipal.

Parágrafo Único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm X 40 cm., podendo conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento, nem as disposições desta Lei ou regulamento.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Artigo 74 - A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º - Quanto ao profissional autônomo, o lançamento será feito com base nos dados cadastrais.

§ 2º - Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, em nível de subtítulo interno, padronizados quanto a nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central e constantes da declaração de serviços.

Artigo 75 - O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês imediatamente posterior ao da prestação dos serviços.

§ 1º - O mesmo prazo se aplica ao imposto retido na fonte;

§ 2º - Para o recolhimento do imposto não calculado sobre o preço do serviço, tomar-se-á como base os valores constantes da coluna "B" do Anexo I, da presente Lei.

Artigo 76 - O imposto será recolhido:

I - pelo prestador de serviço, através de carnê ou guia própria;

II - pelo tomador de serviço, através de guia de arrecadação para o ISSQN retido na fonte;

III - no caso dos profissionais autônomos, a que se refere o artigo 64, em parcelas, prazos e valores indicados no aviso de lançamento;

IV - pêlos profissionais sem domicilio tributário no município que prestem serviços descritos no subitem 7.19 do Anexo I, da presente lei, a base de cálculo será R$ 50,00 (cinqüenta reais), por projeto;

V - Nos casos de diversões, lazer, entretenimento e congêneres previstos nos subitens do item 12, exceto o subitem 12.13 da lista do Anexo I, da presente Lei, se o prestador do serviço não for inscrito neste Município, o imposto será calculado sobre as operações do dia e recolhido no dia seguinte, ao término da prestação do serviço.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 77 - Quando não quitados no prazo tempestivo, a guia ou carnê deverão ser apresentados na Prefeitura para o necessário "visto" e conferência dos cálculos pertinentes à multa, juros de mora e atualização, se cabíveis, salvo nos casos de convênio ou disposição autorizativa que, incumba às instituições bancárias a aplicação dos referidos cálculos, quando nestes recolhidos.

§ 1° - O contribuinte deverá comprovar, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo município, no prazo estabelecido por este código para o recolhimento do imposto.

§ 2° - A não comprovação no prazo determinado implicará penalidade prevista no artigo 91.

Artigo 78 - No caso dos autônomos, o valor da parcela do imposto será o constante da Lista de Serviços, na coluna "B" do Anexo I, da presente Lei, recolhido pelo contribuinte em até 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas.

Artigo 79 - As diferenças de imposto apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da respectiva notificação, ou da publicação do ato em jornal de circulação no município, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 80 - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário ou no local do fato jurídico tributário que enseje o ISSQN, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, se for o caso.

Parágrafo Único - Não sendo encontrado o contribuinte ou recusando ele a receber a notificação, será considerado notificado por intermédio de edital publicado na Imprensa Oficial do Município.

Artigo 80A - Para o contribuinte cujo recolhimento não tenha por base de cálculo o preço do serviço, que iniciar suas atividades no transcorrer do exercício, o seu recolhimento será proporcional ao número de meses faltantes, a razão de 1/12 avos ao mês de atividade.

Artigo 81 - É indispensável, nos casos de construção civil, inclusive reformas e demolições a exibição da prova do imposto devido e da respectiva documentação fiscal, por ocasião da expedição do habite-se ou certidão de conclusão de obra, para que sejam confrontados com a pauta fiscal instituída pelo município, com base na Tabela constante no Anexo VII, da presente Lei.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 1º - Aplicam-se as normas previstas neste artigo inclusive às construções ou obras identificadas pela fiscalização já concluídas, que ainda dependam de regularização nos termos da legislação aplicável.

§ 2º - O imposto de que trata este artigo será recolhido por ocasião da solicitação de Vistoria para expedição do Habite-se ou da Certidão de Conclusão de Obra ou na Data e forma prevista na notificação de lançamento.

SEÇÃO V
DO REGIME DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Artigo 82 - Aos tomadores de serviços, estabelecidos, sediados ou domiciliados no município, ainda que imunes ou isentos, na condição de fontes pagadoras, fica estabelecida a obrigatoriedade, quando realizarem o pagamento por serviços que lhes forem prestados ou intermediados, de reter na fonte, à título de ISSQN, o montante devido sobre o respectivo valor do serviço, com a aplicação da alíquota prevista para a atividade constante do Anexo I, da presente lei, sendo responsável pelo recolhimento do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, quando:

I - tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - tomador ou intermediário dos serviços descritos nos subitens, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05, 17.10, 20,01, 20.02, 20.03 enumerados no Anexo I, da presente Lei;

III - o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica, obrigado à emissão de nota fiscal e/ou fatura de serviços, não o fizer:

a) desobrigado da obrigação prevista no inciso, não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no cadastro de contribuintes do ISSQN do Município.

§ 1º - As pessoas físicas e jurídicas referidas no *caput* deste artigo e em seus incisos I, II, III e alínea "a", deverão repassar, aos cofres municipais, o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, na forma e no prazo definidos na legislação tributária.

Artigo 83 - A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo em uma das vias do prestador.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 1º - Responde solidariamente pelo tributo o prestador quando o responsável não reter o imposto.

§ 2º - Para retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente devida pela atividade exercida.

§ 3º - Excepciona-se a base de cálculo relativa as atividades previstas nos subitens 7.02 e 7.05 do Anexo I, da presente Lei, a qual será apurada nos termos disciplinados pelo artigo 65, §3.°,I desta Lei.

§ 4º - Na situação prevista no parágrafo anterior, o prestador do serviço deverá entregar à fiscalização tributária do município, até o terceiro dia útil do mês seguinte a prestação, toda a documentação relativa aos serviços prestados, documentos fiscais referentes aos materiais fornecidos incorporados a obra, para análise e apuração da base de cálculo do imposto.

§ 5º - A fiscalização tributária terá dois dias úteis para processar o cálculo referido no parágrafo anterior.

§ 6º - A fiscalização tributária emitirá a Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte dirigido ao tomador ou intermediário do serviço, que ficará à disposição do prestador no primeiro dia útil seguinte ao prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 7º - A não entrega dos documentos referidos no §4.° deste artigo ou a não retirada da Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte a ser entregue ao tomador, sujeitará por parte deste a retenção do imposto com base na totalidade do faturamento e/ou pagamento efetuado ao prestador.

Artigo 84 - Quando se tratar de tomador ou intermediário do serviço, que não seja estabelecido, sediado ou domiciliado no município, não se aplica a regra de retenção, devendo o imposto ser recolhido pelo próprio prestador do serviço, respondendo entretanto o tomador ou intermediário, solidariamente, em caso de descumprimento de obrigação tributária pelo contribuinte.

Artigo 85 - O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago.

Artigo 86 - Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Artigo 87 - A não retenção do imposto ou o seu não repasse aos cofres municipais implica penalidade prevista no artigo 91.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 88 - Os tomadores ou intermediários dos serviços descritos no artigo 80, I, II, III farão a entrega junto ao órgão da fiscalização tributária do Município todo dia 30 (trinta) do mês subseqüente aos serviços tomados ou intermediados, com elementos disciplinados em Regulamento.

Parágrafo Único - A não entrega da relação no prazo determinado, bem como a entrega com dados viciados ou falsos, implicará penalidade prevista no artigo 91.

SUBSEÇÃO I
DO LEVANTAMENTO FISCAL

Artigo 89 - A Fazenda Pública Municipal poderá efetuar levantamento econômico para apuração do real movimento tributável, realizado pelo estabelecimento, em determinado período.

§ 1° - No levantamento fiscal, poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como, coeficientes médios de lucro bruto, preço unitário, movimentação de mercadorias utilizadas na execução dos serviços, encargos diversos, lucro bruto, bem como outros elementos informativos.

§ 2° - Os levantamentos fiscais poderão ser refeitos quando a Administração Tributária dispuser de novos elementos para o seu refazimento.

SUBSEÇÃO II
DA ESTIMATIVA

Artigo 90 - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, por período indeterminado, baseada em:

I - informações fornecidas pelo contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;

II - valor médio dos serviços prestados;

III - total de horas trabalhadas multiplicado pelo número de trabalhadores;

IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

V - faturamento médio mensal de estabelecimentos de mesmo porte e atividade;

VI - outros meios que, a critério da Fazenda Pública Municipal, se fizerem necessários.

§ 1º - O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

§ 2º - O valor da parcela mensal, a recolher, será fixada, a critério da Fazenda Pública Municipal, para um período de até 12 (doze) meses.

§ 3º - Findo o período para o qual se fez a estimativa, será automaticamente prorrogado por igual período, e assim sucessivamente, até que haja manifestação da autoridade competente.

§ 4º - Deixando de ser aplicado o regime de apuração do imposto por estimativa, por qualquer motivo ou a qualquer tempo, será apurado através de um formulário especial, o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado, com base nos documentos e informações que a Fazenda Pública Municipal julgar necessários.

§ 5º - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido conforme a estimativa e o posteriormente apurado, será ela:

a) se favorável ao fisco, recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação;

b) se favorável ao contribuinte, restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ou compensada.

§ 6º - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

§ 7º - O lançamento por estimativa não dispensa o contribuinte de emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração.

§ 8º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa, a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Pública Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

§ 9º - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

§ 10 - Os demais procedimentos referentes ao regime especial serão disciplinados por Decreto.

Artigo 91 – Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Pública Municipal notificá-lo-á do "quantum" do tributo fixado, do prazo e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Artigo 92 – Os contribuintes enquadrados nesse regime serão notificados, ficando-lhes reservado o direito de recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

SUBSEÇÃO III
DO ARBITRAMENTO

Artigo 93 - Nos seguintes casos, o valor das operações, o lançamento e a cobrança de tributos poderão ser arbitrados pela autoridade fiscal, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;

II - quando o contribuinte não apresentar a guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;

III - quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 72B;

IV - quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo ou quando for difícil a apuração do preço;

V - quando o sujeito passivo não possuir ou deixar de exibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

VI - quando o sujeito passivo não prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por serem inverossímeis ou falsos;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

VII - quando do exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VIII - quando os serviços forem prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

§ 1º - Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor dos serviços prestados cobrado pelos concorrentes, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

§ 2º - Nos casos de arbitramento de preço para os contribuintes a que se refere o artigo 62, a soma dos preços, em cada mês, não poderá ser inferior à soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês, considerando:

I - valor das matérias - primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

II - total dos salários pagos;

III - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

IV - total das despesas de água, energia elétrica e telefone;

V - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios, considerando:

a) se equipamento, o valor de mercado no mês do arbitramento;

b) se imóvel, pelo valor venal deste do exercício do arbitramento.

§ 3º - O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

§ 4º - Na hipótese do inciso VII, realizado o arbitramento, será utilizada inscrição de ofício definida em ato da Fiscalização Tributária;

§ 5º - O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multa pecuniária sobre o débito de imposto que venha a

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ser apurado, nem da penalidade por descumprimento da obrigação acessória que lhe sirva de pressuposto.

SEÇÃO VI
DAS PENALIDADES

Artigo 94 – O descumprimento das obrigações principais e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica sujeito às seguintes penalidades:

I - infração ao disposto no artigo 69: R$ 200,00 (duzentos reais), por exercício;

II - falta de comunicação de transferência, de cessação de atividades, de alteração de dados cadastrais ou de declaração de movimento econômico: R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), por exercício;

III - Infração ao disposto no artigo 71:

a) falta de escrituração de cada obra, nos livros: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto devido, não podendo ser inferior a R$ 100,00 (cem reais), sem prejuízo das penalidades pela mora, previstas no artigo 10;

b) escrituração de obra, nos livros, a menor, embora cumprido o disposto no artigo 166: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto correspondente aos valores não declarados, não ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).

IV - Falta de recolhimento do Imposto:

a) quando o documento fiscal estiver regularmente escriturado, nos livros e registros fiscais próprios: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto apurado;

b) nos demais casos: multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto apurado ou retido.

V - Multas por infrações às disposições relativas às obrigações tributárias acessórias:

a) falta de livros fiscais obrigatórios: R$ 300,00 (trezentos reais) por livro;

b) falta ou atraso de escrituração ou escrituração irregular de livros fiscais obrigatórios: R$30,00 (trinta reais) por mês ou fração, por livro;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

c) falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios ou quaisquer outros documentos: R$100,00 (cem reais) por livro;

d) ausência de livros fiscais obrigatórios no estabelecimento: R$ 50,00 (cinqüenta reais) por livro;

e) uso indevido ou em desacordo com as especificações próprias, de livros, notas ou documentos fiscais: R$ 100,00 (cem reais) por livro, nota ou documento fiscal;

f) uso de notas fiscais fora da ordem cronológica; uso de nota fiscal sem a clara e precisa descrição de serviço prestado; uso de nota fiscal, após uma anterior em branco: R$ 100,00 (cem reais) por nota fiscal;

g) adulteração, vício ou falsificação de livros e documentos fiscais: 20% (vinte por cento) da operação a que se refere a irregularidade não podendo ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais);

h) falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operação não podendo o valor deste ser inferior a R$ 100,00 (cem reais);

i) confecção de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigatórios, sem autorização da repartição competente, nos termos do artigo 72B e seus parágrafos: R$ 500,00 (quinhentos reais);

j) demais infrações à presente lei relativas ao exercício de atividades ou prestações de serviços não especificadas nas alíneas anteriores: R$ 100,00 (cem reais).

l) entrega fora do prazo da relação prevista no artigo 86, I: R$ 50,00 cinqüenta reais) por dia de atraso.

m) ao contribuinte que se recusar a prestar informações solicitadas pela fiscalização, não atender dentro do prazo estipulado notificações e/ou intimações ou de qualquer forma dificultar, ilidir ou impedir a atuação da Fiscalização: R$ 300,00 (trezentos reais).

n) a não comprovação de inexistência de movimento econômico no prazo previsto no parágrafo 2º do artigo 76: multa de R$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso.

VI - Qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento poderá acarretar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, sua interdição.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Parágrafo Único – As penalidades constantes das alíneas "a" e "b", do inciso III, alíneas "a" e "b", do inciso IV, alíneas "a", "b", "c", "e", "i" e "g", do inciso V, do presente artigo, serão aplicáveis desde que constatadas em procedimento fiscal, exceto em relação ao imposto retido na fonte.

Artigo 95 - A falta de pagamento do imposto no vencimento sujeitará o contribuinte:

I - à multa de 2% (dois por cento);

II - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

Artigo 96 – A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possa influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado, corrigido monetariamente.

SEÇÃO VI
DA ISENÇÃO

Art. 97 - São isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - os deficientes físicos e pessoas comprovadamente carentes com mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos, que vendam bilhetes de loteria;

II - engraxates;

III - concertos, recitais, shows, exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares realizados para fins assistenciais e educacionais, promovidos por entidades de personalidade jurídica e desde que a isenção seja previamente requerida.

§ 1º - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de Dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte:

I - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação;

II - Nos casos de início de atividade, o pedido de isenção deve ser apresentado simultaneamente com o pedido de licença para localização.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Artigo 2º - Os Anexos I, II e III da Lei Complementar Nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passam a vigorar consoante o Anexo I, II e III da presente Lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2005.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 18 de novembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS ISSQN	A % sobre o preço do serviço	B Alíquotas em Reais Anual
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	*3,0*	*250,00*
1.02 – Programação.	*3,0*	*250,00*
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	*3,0*	*250,00*
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	*3,0*	*250,00*
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	*3,0*	*250,00*
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	*3,0*	*250,00*
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	*3,0*	*250,00*
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	*3,0*	*250,00*
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	*2,5*	*250,00*
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 – (VETADO)		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	*3,0*	*200,00*
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	*3,0*	*200,00*
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	*5,0*	*300,00*
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	*3,0*	*250,00*
3.06- Locação empresarial de bens móveis	*3,0*	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	*3,0*	*350,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	*3,0*	*300,00*
4.05 – Acupuntura.	*3,0*	*300,00*
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	*3,0*	*300,00*
4.07 – Serviços farmacêuticos.	*3,0*	*300,00*
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	*3,0*	*350,00*
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	*3,0*	*350,00*
4.10 – Nutrição.	*3,0*	*350,00*
4.11 – Obstetrícia.	*3,0*	*350,00*
4.12 – Odontologia.	*3,0*	*350,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

4.13 – Ortóptica.	*3,0*	*350,00*
4.14 – Próteses sob encomenda.	*3,0*	*300,00*
4.15 – Psicanálise.	*3,0*	*350,00*
4.16 – Psicologia.	*3,0*	*350,00*
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
*4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.*	*3,0*	*300,00*
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	*3,0*	*200,00*
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*500,00*
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	*3,5*	*500,00*
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo	*3,5*	*500,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

operador do plano mediante indicação do beneficiário.		
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	*3,0*	*350,00*
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
*5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.*	*3,0*	*300,00*
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*200,00*
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	*2,5*	*100,00*
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	*2,5*	*200,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	*2,5*	*150,00*
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	*2,5*	*200,00*
6.05 – Centros de emagrecimento, ***spa*** *e congêneres.*	*3,0*	*200,00*
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	*3,0*	*350,00*
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de	*3,0*	*300,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI).		
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	*3,0*	*300,00*
7.04 – Demolição.	*3,0*	*250,00*
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	*3,5*	*250,00*
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	*2,5*	*100,00*
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.08 – Calafetação.	*3,0*	*100,00*
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, exceto atividade de coleta de óleo usado ou contaminado, que fica sujeito ao ICMS.	*3,0*	*200,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	*3,0*	*200,00*
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	*3,0*	*150,00*
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	*3,0*	*100,00*
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.14 – (VETADO)		
7.15 – (VETADO)		
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	*3,0*	*100,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	*3,0*	*1.150,00*
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	*3,0*	*100,00*
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	*3,0*	*100,00*
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	*2,5*	*100,00*
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	*2,5*	*100,00*
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
*9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).*	*3,0*	*200,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	*3,0*	*150,00*
9.03 – Guias de turismo.	*2,5*	*100,00*
9.04- Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	*2,5*	*100,00*
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	*5,0*	*270,00*
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer, realizados no âmbito das Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios..	*5,0*	*270,00*
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	*5,0*	*270,00*
*10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).*	*5,0*	*270,00*
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias, por	*5,0*	*270,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

quaisquer meios.		
10.06 – Agenciamento marítimo.	*3,0*	*350,00*
10.07 – Agenciamento de notícias.	*3,0*	*350,00*
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	*3,0*	*350,00*
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	*2,5*	*100,00*
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	*3,0*	*100,00*
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	*3,0*	*300,00*
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	*3,0*	*300,00*
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	*3,0*	*300,00*
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	*3,0*	*150,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	*3,0*	*230,00*
12.02 – Exibições cinematográficas.	*3,0*	*230,00*
12.03 – Espetáculos circenses.	*3,0*	*230,00*
12.04 – Programas de auditório.	*3,0*	*230,00*
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	*3,0*	*230,00*
12.06 – Boates, ***taxi-dancing*** *e congêneres.*	*3,0*	*345,00*
12.07 – Shows, ***ballet****, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*	*3,0*	*230,00*
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	*3,0*	*230,00*
12.10 – Corridas e competições de animais.	*3,0*	*230,00*
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	*3,0*	*230,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

12.12 – Execução de música.	*3,0*	*230,00*
*12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*	*3,0*	*230,00*
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	*3,0*	*115,00*
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	*3,0*	*115,00*
*12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.*	*3,0*	*200,00*
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	*3,0*	*115,00*
12.18 – Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	*3,0*	*200,00*
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01 – (VETADO)		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	*2,5*	*115,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	*2,5*	*115,00*
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	*2,5*	*115,00*
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e confecção de impressos gráficos, destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	*2,5*	*115,00*
13.06- Gravação, edição, legendação e também distribuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema	*2,5*	*115,00*
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*115,00*
14.02 – Assistência técnica.	*2,5*	*230,00*
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*230,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	*2,5*	*115,00*
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.	*2,5*	*115,00*
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	*2,5*	*115,00*
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	*2,5*	*115,00*
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	*2,5*	*115,00*
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	*2,5*	*100,00*
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	*2,5*	*115,00*
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	*2,5*	*115,00*
14.12 – Funilaria e lanternagem.	*2,5*	*115,00*
14.13 – Carpintaria e serralheria.	*2,5*	*115,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, e de carteira de clientes, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da Previdência Social.	*5,0*	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	*5,0*	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	*5,0*	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	*5,0*	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em Quaisquer outros bancos cadastrais.	*5,0*	

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	*5,0*	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	*5,0*	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	*5,0*	
*15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).*	*5,0*	

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	*5,0*	*552,00*
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	*5,0*	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	*5,0*	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	*5,0*	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	*5,0*	
15.15 – Serviços de distribuição e venda de títulos de capitalização e congêneres, compensação de cheques e títulos quaisquer, exceto sua execução nos termos do artigo 19, inciso IV, da Lei nº 4.595,	*5,0*	

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

de 31 de dezembro de 1964, e alterações; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.		
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	*5,0*	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	*5,0*	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	*5,0*	*552,00*
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	*3,0*	*115,00*
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*3,0*	*345,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	*3,0*	*115,00*
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	*3,0*	*345,00*
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	*3,0*	*230,00*
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	*3,0*	*230,00*
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	*3,0*	*115,00*
17.07 – (VETADO)		
*17.08 – Franquia (**franchising**).*	*3,0*	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	*3,0*	*345,00*
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	*3,0*	*460,00*
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	*3,0*	*345,00*
17.13 – Leilão e congêneres.	*3,0*	*230,00*
17.14 – Advocacia.	*3,0*	*350,00*
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	*3,0*	*350,00*
17.16 – Auditoria.	*3,0*	*350,00*
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	*3,0*	*345,00*
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	*3,0*	*350,00*
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	*3,0*	*300,00*
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	*3,0*	*300,00*
17.21 – Estatística.	*3,0*	*250,00*
17.22 – Cobrança em geral.	*3,0*	*230,00*
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral,	*3,0*	*230,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

*relacionados a operações de faturização (**factoring**).*		
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	*3,0*	*150,00*
17.25 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão.	*2,0*	*100,00*
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	*3,0*	*350,00*
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios e congêneres.	*4,0*	*300,00*
19.02- serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo	*4,0*	*300,00*
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		*350,00*
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	*5,0*	*350,00*
22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	*5,0*	*1.000,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	*2,5*	*115,00*
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*	*2,5*	*115,00*
25 - Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	*3,0*	
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	*3,0*	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	*3,5*	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	*3,0*	

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, ***courrier*** *e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.*	*3,0*	*115,00*
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	*2,5*	*115,00*
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	*5,0*	*200,00*
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	*2,5*	*150,00*
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	*3,0*	*350,00*
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	*3,0*	*250,00*
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	*3,0*	*230,00*
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	*3,0*	*350,00*
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	*3,0*	*350,00*
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	*3,0*	*250,00*
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	*3,0*	*250,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	*2,5*	*115,00*
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	*2,5*	*115,00*
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	*5,0*	*250,00*
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	*3,0*	*200,00*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO II

NATUREZA DA ATIVIDADE - ALVARÁ ABERTURA - ALÍQUOTAS EM REAIS

R$

1 – Indústria..... 30,00

2 - Produção agropecuária..... 25,00

3 – Comércio..... 20,00

4 - Estabelecimentos prestadores de serviços..... 20,00

5 - Diversões Públicas.....45,00

6 - Profissionais autônomos..... 20,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

A N E X O I I I

NATUREZA DA ATIVIDADE - LOCALIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO - ALÍQUOTAS EM REAIS

---

01 – indústrias R$

até 150 empregados..... 300,00
acima de 151 empregados..... 700,00

02 - produção agropecuária
granjas (aves, ovos, suínos)..... 400,00

03 - comércio

I - venda de gênero alimentícios em geral:
supermercados..... 400,00
mercearias e empórios..... 200,00
quitandas..... 70,00
cereais (exclusivamente)..... 70,00
café torrado e moído..... 70,00
"varejão" 250,00
mini-mercados..... 250,00

II –gêneros alimentícios:
bares e lanchonetes..... 200,00
restaurantes, churrascarias, pizzarias, choperias..... 300,00
sorveterias.....150,00

III –tecidos e confecções em geral:
tecidos, roupas feitas, tapetes, calçados e materiais esportivos 300,00
tecidos 150,00
roupas feitas.....150,00
tecidos.....150,00
calçados.....150,00
materiais esportivos..... 150,00

IV - peças e acessórios:
de veículos automotores..... 250,00
peças usadas e desmanches..... 250,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
V - postos de gasolina	500,00
VI - materiais para construção em geral	400,00
VII – ferragens, tintas, materiais elétricos e semelhantes	250,00
VIII - implementos e insumos agrícolas	250,00
IX - veículos automotores	450,00
X – funerárias	300,00
XI - móveis, eletrodomésticos, aparelhos de som, telefônicos, telefax, tapetes, cortinas e semelhantes	300,00
XII - carnes, peixes, frios e laticínios	250,00
XIII - pneus, câmaras e semelhantes	250,00
XIV - jóias, relógios, ópticas e semelhantes	300,00
XV – livrarias e assemelhados	
bazares, livrarias, papelarias, materiais escolares, material de escritório.	150,00
armarinhos e semelhantes	100,00
XVI - farmácias, drogarias e farmácias veterinárias	350,00
XVII - panificadoras, confeitarias e semelhantes	300,00
XVIII - discos e fitas sonoras	200,00
XIX - floriculturas e semelhantes	250,00
XX – materiais fotográficos:	
fotos c/ venda de material fotográfico, cinematográfico, sonoro e semelhantes	150,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

fotos s/ venda de material..... 80,00
material cinematográfico, fotográfico e sonoro..... 120,00
locadoras de fitas de "videocassete"..... 250,00

XXI - molduras, quadros e vidros..... 250,00

XXII - selarias
artefatos de couro..... 150,00

XXIII - artigos de pesca..... 130,00
barcos e motores de popa..... 300,00

XXIV - charutaria e tabacaria, revistas e jornais..... 100,00

XXV - distribuidora atacadista de cigarros, fumos e artigos
de tabacaria..... 1.000,00

XXVI - distribuidora de bebidas
Atacado..... 500,00
Varejo..... 200,00

XXVII - venda de videogames, videocassetes e similares..... 300,00

XXVIII - suprimento p/computadores, impressos e formulários contínuos e
acessórios em geral..... 250,00

XXIX - quaisquer outros ramos de atividades comerciais..... 100,00

04 – estabelecimentos de créditos
estabelecimento bancários, de créditos, financiamentos e
investimentos, de seguros, de capitalização..... 1.500,00
financeiras..... 1.000,00
seguradoras..... 500,00

05 – hospedagem
hotéis..... 300,00
motéis..... 300,00
pensões e semelhantes..... 100,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

pousadas..... 200,00
camping..... 150,00

06 - diversões públicas
bailes..... 100,00
restaurantes dançantes, boates, danceterias e similares..... 350,00
jogos lícitos de cartas..... 500,00
jogos eletrônicos..... 200,00
bilhares e quaisquer outros jogos de mesa..... 200,00
boliches..... 200,00
bochas..... 200,00
tiro ao alvo - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias..... 200,00
circos, parques de diversões - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)..... 65,00
quaisquer outros espetáculos ou diversões não incluídos nos itens anteriores - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)..... 65,00

07 - representantes comerciais, corretores, caixeiros, viajantes
agentes (autônomos)..... 100,00
despachantes, técnicos em contabilidade, contadores, auditores, guarda-livros (autônomos)..... 250,00
cobradores (autônomos).....100,00
médicos, dentistas, veterinários, engenheiros, arquitetos, urbanistas, advogados, profissionais, economistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, esteticistas..... 250,00

08 – escritórios
escritórios de contabilidade..... 250,00
agências de cobrança.....250,00
planejamento e assistência técnica (assessoria)..... 250,00
processamento de dados.....250,00
imobiliárias..... 300,00

ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza:
1 – auto escolas..... 250,00
2 – demais escolas..... 250,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

loteadoras..... 300,00
construtora sem geral e empreiteiras.....600,00
pavimentação e terraplanagem.....600,00

09 - empresas de transportes coletivo:
1 - Municipal.....400,00
2 - intermunicipal.....400,00
empresa de transporte de cargas c/ 01 caminhão.....100,00
empresa de transporte de cargas c/ 02 caminhões.....200,00
empresa de transporte de cargas c/ 03 caminhões.....300,00
empresa de transporte de cargas acima de 03 caminhões..... 500,00
empresa de turismo com Turismo c/ até 02 veículos.....200,00
empresa de turismo com Turismo acima de 02 veículos.....500,00

10 – armazéns
armazéns gerais e silos..... 200,00
depósitos fechados.....200,00
depósitos de gasolina, óleo diesel.....250,00
depósitos de gás liquefeito de petróleo.....250,00
depósitos de doces.....200,00
outros depósitos.....250,00

11 – cabeleireiros
barbeiros, manicuras e pedicuros, cabeleireiros, tratamento de pele e outros serviços de salão de beleza, excluindo esteticista.....100,00
banhos, duchas, massagens, ginástica e congênere.....100,00

12 – laboratórios
laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica.....500,00
laboratórios de prótese dentários.....500,00

13 – estacionamento de veículos.....450,00

14 – casas lotéricas.....300,00

15 – oficinas
oficinas mecânicas de veículos automotores.....250,00
oficinas de consertos de bicicletas e semelhantes.....120,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

---

auto - elétricas.....250,00
vulcanização e recauchutagem.....500,00
funilarias e pinturas de veículos.....250,00
oficinas e consertos de máquinas e implementos agrícolas.....250,00
oficinas mecanográficas ou de refrigeração.....250,00

Retíficas de motores.....250,00
Serviços de torno.....250,00
Mecânico em geral, vulcanizadores, funileiros, pintores de Veículos, torneiros – mecânicos (autônomos)..... 100,00
funileiros de utensílios.....100,00
oficinas de consertos de macacos hidráulicos.....100,00

16 - lavanderias.....120,00

17 - pedreiros, pintores, carpinteiros, eletricistas, encanadores, raspadores de tacos e assoalhos, marceneiros, calheiros (autônomos)..... 100,00

18 – motoristas e condutores
motoristas autônomos..... 100,00
condutores de veículos de tração animal.....25,00

19 – consertos, reformas
conserto de calçados.....100,00
consertos de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos.....100,00
consertos de sacarias usadas.....100,00
consertos de veículos de tração animal.....100,00
reformas de móveis, estofados e semelhantes.....100,00
consertos de jóias e relógios.....100,00

20 - serrarias.....250,00

21 - serralheiras.....250,00

22 – marmorarias.....250,00

23 – máquinas e mercado:

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

NATUREZA DA ATIVIDADE **ALÍQUOTAS EM REAIS**

máquinas de beneficiamento de café e algodão.....400,00
máquinas de beneficiamento de amendoim e arroz.....400,00
cooperativas, produção agrícola e outros.....1.000,00
de crédito.....1.500,00
de saúde.....1.000,00
mercador de algodão, café, amendoim e sementes oleaginosas.....450,00

24 – serviços
serviços de limpeza e conservação de imóveis.....250,00
serviço limpeza de fossas e similares.....250,00

25 – instalações de alta tensão.....400,00

26 – publicidades e promoções artísticas.....300,00
organização e planejamento de festas, recepções, buffet e congêneres
I – recolhimento anual.....300,00
II – recolhimento diário.....50,00

27 – equipamentos
tipografias.....350,00
off-set.....350,00

28 – organização jornalística e emissora de radiodifusão.....350,00

29 – costureira e outros
alfaiates.....100,00
costureiras, bordadeiras, doceiras e churrasqueiros.....100,00
lavadeiras, faxineiras, empregadas domésticas, cozinheiras, engraxates.....10,00

30-quaisque outras atividades comerciais, agropecuárias, industriais e financeiras não incluídas nesta tabela, assim como quaisquer estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, que, de modo permanente ou temporário, prestem serviços ou exerçam atividades constantes da lista de serviços deste Código não incluído nesta tabela..... 100,00

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATO DA MESA N.º 035/2004

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA CÂMARA ITINERANTE NO BAIRRO MORADA DAS FLORES, PRÉDIO DA 3º IDADE.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, com fundamento na Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001,

DECIDE:

Artigo 1º- Nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001, **DESIGNAR** o Bairro Morada das Flores, para reunião da Câmara Itinerante, a realizar-se em 17 de novembro de 2004, no Prédio da 3º Idade.

Artigo 2º- Determinar o deslocamento de todo o equipamento necessário à realização da Câmara Itinerante para o local referido no artigo 1º, na data mencionada.

Artigo 3º- Determinar seja dada ampla divulgação da realização da Câmara Itinerante objeto desta Resolução.

Artigo 4º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de outubro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº 021/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 005/2004

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 135 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002 – QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA A CIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 135 de 26 de dezembro de 2002, que institui no Âmbito do Município de Holambra a CIP – Contribuição de Iluminação Pública e dá outras providências.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 18 de novembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 023/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2004

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o parcelamento e o reparcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2003, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, segundo os seguintes critérios:

I – para os débitos inscritos em dívida ativa constituídos até 31 de dezembro de 2003, que não foram objeto de acordo anterior, firmado com o Município:

a) para pagamento em até 20 (vinte) parcelas mensais, a partir da publicação desta Lei até 15 de dezembro de 2004, o desconto será de 5% (cinco por cento) na multa e juros.

b) para pagamento em até 10 (dez) parcelas mensais a partir da publicação desta Lei até 15 de dezembro de 2004, o desconto será de 10% (dez por cento) na multa e juros.

c) para pagamento à vista, até 10 de dezembro de 2004, o desconto será de 20% (vinte por cento) do total do débito.

II - para os débitos constituídos até 31 de dezembro de 2003, inscritos na dívida ativa, que já foram objeto de negociação com o Município e cujos acordos não foram cumpridos:

a) pagamento em até 08 (oito) parcelas devidamente corrigidas, com a multa e juros legais, na forma do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 121 de 27/12/2001, até 15 de dezembro de 2004.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

b) pagamento à vista até 10 de dezembro de 2004, com desconto de 20% (vinte por cento) do total do débito.

§ 1° - A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do "caput" do presente artigo, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento a vista, sendo-lhe facultado ingressar com pedido de parcelamento e reparcelamento do débito.

Artigo 2° - O benefício fiscal previsto no inciso I e II do artigo 1°, independente da aprovação do Prefeito, considerando-se automaticamente concedido a partir da data da publicação desta Lei, desde que cumprido o prazo previsto nesta Lei.

Artigo 3° - O contribuinte deverá requerer o parcelamento e/ou reparcelamento previsto nos incisos I e II do artigo 1° desta Lei, impreterivelmente até 15 de dezembro de 2004.

§ 1° - Os requerimentos de parcelamento e/ou reparcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial deverão ser protocolados junto a Lançadoria, no prazo referido no "caput", com a indicação do número de parcelas desejadas e das garantias oferecidas, que poderão ser representadas por hipoteca ou caução de nota promissória avalizada.

§ 2° - A apresentação do requerimento de parcelamento e/ou reparcelamento importa na confissão da dívida e não implica obrigatoriedade do seu deferimento.

§ 3° - O Chefe do Poder Executivo poderá delegar competência ao Chefe da Lançadoria e ao Procurador do Município, cada qual em sua área de atuação, para receber e apreciar os pedidos de parcelamento e/ou reparcelamento apresentado pelo contribuinte.

§ 4° - A concessão de parcelamento e/ou reparcelamento, que corresponderá a formalização do acordo com o contribuinte, deverá estar devidamente fundamentado pela autoridade competente que o deferir.

§ 5° - Os requerimentos apresentados fora do prazo de que trata o presente artigo, não serão conhecidos e apreciados pelo setor competente.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Artigo 4° - O saldo devedor parcelado e/ou reparcelado em reais, será atualizado segundo índice adotado pelo Município, e quando em cobrança judicial, acrescida de custas e honorários advocatícios.

Artigo 5° - Os débitos fiscais parcelados e/ou reparcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, mais multa de 10% sobre o total do acordo firmado.

Artigo 6° - O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento das prestações do objeto dos parcelamentos e/ou reparcelamentos formalizados, poderá ensejar, à critério da Administração, no imediato encaminhamento a protesto extrajudicial do débito fiscal.

§ 1° - Decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento do contribuinte, este perderá os benefícios concedidos por esta Lei, hipótese que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados, com os acréscimos legais previstos nesta Lei.

§ 2° - Todos os valores inscritos em dívida ativa, objeto de benefício por esta Lei, em caso de não pagamento, serão remetidos à procuradoria da Fazenda Municipal para cobrança judicial.

Artigo 7° - O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedida ou reconhecida em processo eivado de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 8° - A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Artigo 9° - Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, poderá o Poder Executivo contratar os serviços do Banco do Brasil S. A..

Artigo 10 – O Poder Executivo, poderá expedir atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta Lei.

Artigo 11 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de novembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1° Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2° Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE

DESTINADO EM 23 DE SETEMBRO DE 2004
PROTOCOLO Nº 1.218/2004
REMETENTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCESSO: TC - 2937/026/02
ASSUNTO: REFERENTE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002.

DESPACHO

Conforme artigo 294 do Regimento Interno desta Casa de Leis, determino a publicação nos termos do artigo 80 da Lei Orgânica do Município, o **PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO,** referente às contas municipais do exercício financeiro de 2002, cuja cópia fica a disposição dos Senhores Vereadores na Secretaria da Câmara Municipal.

Determino ainda, que se dê cumprimento ao artigo 310 inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 23 de setembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Para fins de cumprimento do artigo 274, do Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, comunicamos que, durante dez (10) dias, encontram-se a disposição da população para exame e apresentação de emendas, o Projeto de Lei nº 015/2004, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Holambra para o exercício de 2005.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 30 setembro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE

A Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública nº 002/2004, a realizar-se no dia 04 de novembro de 2004, às 19:30 horas, para discussão da seguinte pauta:

➢ **Projeto de Lei nº 015/2004, "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2.005".**

Sua presença é muito importante para discussão do projeto.

Atenciosamente.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

VEREADOR Pe. NICOLAU JOÃO BAKKER
Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vice-Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Membro

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº 020/2004
PROJETO DE SUBSTITUTIVO TOTAL N.º 001/2004

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS FECHADOS E ADEQUAÇÃO DOS JÁ EXISTENTES"

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Para os fins desta Lei, conceitua-se loteamento fechado como sendo o loteamento cercado, murado ou com divisas naturais no todo ou em parte do seu perímetro.

Artigo 2º- As áreas públicas de lazer e as vias de circulação que serão objeto de permissão de fechamento, deverão ser definidas por ocasião da aprovação do loteamento, aprovado de acordo com as exigências da Lei Federal nº 6.766/79 e das demais exigências das legislações estaduais e municipais.

Artigo 3º- A permissão do fechamento das áreas públicas de lazer e das vias de circulação, será outorgada ao loteador que repassará à Associação dos Proprietários, constituída sob a forma de pessoa jurídica, com a explícita definição de responsabilidade para aquela finalidade, independentemente de licitação.

Artigo 4º- Nos novos loteamentos, as áreas destinadas a fins institucionais, nos termos previstos na Legislação Federal, serão definidas por ocasião da aprovação do projeto de loteamento e deverão estar situadas obrigatoriamente do lado externo, sob responsabilidade da Prefeitura.

§1º- No ato da solicitação do pedido de diretrizes deverá ser especificada a intenção de implantação da modalidade de loteamento.

§ 2º- Nos novos loteamentos as diretrizes urbanísticas definirão um sistema viário de contorno ás áreas fechadas se necessário.

§ 3º- Em caso de indeferimento do pedido de diretrizes, as Diretorias de Planejamento e Obras, deverão apresentar as razões técnicas devidamente fundamentadas, mantendo o loteador o direito de contestar tecnicamente a negativa num prazo de 15 dias a contar da publicação do indeferimento.

§ 4º- Nos novos loteamentos a construção de muro ou cerca divisória, obedecerá ao recuo de 8,00m do alinhamento do logradouro público, em uma metragem de no mínimo 50,00 m na testada.A portaria deverá ter um recuo mínimo de 15m do logradouro público, devendo estar previsto área para estacionamento.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Continuação do Autógrafo nº 020/2004)

§ 5º- Para os fins dispostos no parágrafo anterior, se a testada contar com metragem inferior a 50,00m, o recuo será observado em toda a sua extensão.

Artigo 5º- Quando as diretrizes viárias definidas pela Prefeitura Municipal de Holambra seccionarem a gleba objeto de projeto de loteamento fechado, deverão essas vias estar liberadas para o tráfego, sendo que as porções remanescentes poderão ser fechadas.

Artigo 6º- As áreas públicas de lazer e as vias de circulação, definidas por ocasião da aprovação do loteamento fechado, serão objetos de permissão de uso por tempo indeterminado.

§ 1º- A permissão de uso de que trata o "caput" deste artigo poderá ser revogado pelo Executivo Municipal, ouvindo-se, previamente, comissão especial formada por membros da Diretoria de Planejamento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Associação de Proprietários.

§ 2º- A revogação de que trata o parágrafo anterior não implicará em qualquer ressarcimento à Associação ou Loteador outorgado.

Artigo 7º- Fica a Prefeitura Municipal de Holambra autorizada a outorgar a permissão de fechamento de que trata o artigo 2º, nos seguintes termos:

§1º - A permissão de fechamento e a aprovação do loteamento serão formalizados por decreto do Poder Executivo.

§ 2º - A outorga da permissão de fechamento deverá constar do Registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Artigo 8º Será de inteira responsabilidade da Associação dos Proprietários ou do Loteador:

I - murar ou cercar a área do loteamento, em conformidade com projetos previamente aprovados pelos órgãos competentes;

II - a manutenção da portaria;

III - manutenção e conservação das calçadas;

IV - os serviços de manutenção das árvores e poda, quando necessário;

V - a Associação ou Loteador, a seu critério, poderá construir, manter e conservar áreas de lazer para uso exclusivo do loteamento, em conformidade com projeto que deverá ser previamente aprovado pelos órgãos competentes da Municipalidade;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Continuação do Autógrafo nº 020/2004)

VI - garantia de ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem estar da população;

VII - sinalização interna complementar do loteamento, de acordo com os códigos nacionais que as regulamentam, sob aprovação prévia da municipalidade.

§ 1º- A Associação de Proprietários poderá, a fim de dar cumprimento aos incisos deste artigo e sob sua responsabilidade, firmar convênios ou contratos com órgãos públicos ou entidades privadas.

Artigo 9º- Caberá a Prefeitura Municipal de Holambra a responsabilidade pela determinação, aprovação, execução, e fiscalização das obras de manutenção e conservação dos bens públicos.

Artigo 10- Se a entidade se omitir na prestação dos serviços de que tratam os incisos do artigo 8º, o Poder Executivo poderá reassumi-los, acarretando as seguintes conseqüências:

I - perda da característica do loteamento fechado;
II - perda das isenções de taxas ou descontos se existirem;

Parágrafo Único - Quando a Prefeitura Municipal determinar a retirada de benfeitorias tais como fechamentos, portarias e outros, estes serviços serão de responsabilidade da Associação de Proprietários, ou do Loteador, no caso desta não ter sido criada. Se não executados nos prazos determinados, o serão pela Prefeitura, cabendo à Associação dos Proprietários ou ao Loteador, se for o caso, ressarcimento de seus custos.

Artigo 11- Será permitida à Associação dos Proprietários controlar o acesso às áreas do loteamento.

Artigo 12- As disposições construtivas e os parâmetros de ocupação do solo a serem observados para edificações nos lotes, deverão atender as exigências definidas pelas Leis Municipais nº 105 de 29 de dezembro de 2000, e nº120 de 26 de dezembro de 2001, para a zona de uso onde o loteamento estiver localizado.

Artigo 13- Após a publicação do decreto de outorga da permissão de fechamento, a utilização das áreas públicas internas ao loteamento, respeitado os dispositivos legais vigentes, poderão ser objeto de regulamentação própria da entidade representada pela Associação dos Proprietários, enquanto perdurar a citada permissão de fechamento.

(Continuação do Autógrafo nº 020/2004)

Artigo 14- Se por razões urbanísticas, presente Lei promulgada pelo Poder Executivo, for necessário intervir nos espaços públicos sobre os quais incide a permissão de fechamento segundo esta Lei, não caberá à Associação dos Proprietários qualquer indenização ou ressarcimento por benfeitorias eventualmente afetadas.

Artigo 15- As penalidades previstas no artigo 10 da presente Lei serão processadas através de Auto de Infração e multa que deverá ser lavrado com clareza, sem omissões, ressalvas e entrelinhas, no qual contará obrigatoriamente:

I - data da lavratura;

II - nome e localização do loteamento;

III - descrição dos fatos e elementos que caracterizam a infração;

IV - dispositivo legal infringindo;

V - penalidade aplicável;

VI - assinatura, nome legível, cargo e matricula de autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o auto.

Parágrafo Único - Após a lavratura do Auto de Infração, será instaurado o processo administrativo contra o infrator, providenciando-se, se ainda não tiver ocorrido, a sua intimação pessoal, ou por via postal com aviso de recebimento ou edital publicado no órgão de imprensa oficial do Município.

Artigo 16 - Caberá impugnação ao Auto de Infração e a imposição de penalidade, a ser apresentada pelo autuado, junto ao serviço de protocolo da Prefeitura Municipal, no prazo de quinze (15) dias, contados da data da lavratura do auto, sob pena de revelia.

Artigo 17 - A decisão definitiva, que se impuser ao autuado, deverá ser cumprida no prazo de dez (10) dias contados da data da comunicação.

Artigo 18 - Os loteamentos já existentes poderão ser transformados em loteamentos fechados, com a devida outorga da respectiva permissão de fechamento, desde que devidamente representados por Associação de Proprietários, atendidos os requisitos da presente Lei.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Continuação do Autógrafo nº 020/2004)

Parágrafo Único - A permissão de fechamento das áreas públicas de lazer e das vias de circulação poderá ser total ou parcial em loteamentos já existentes desde que:

I - haja a anuência de dois terços (2/3) dos proprietários dos lotes inseridos na porção objeto do fechamento e atendidas as disposições do § único do artigo 39 da Lei nº105 de 29 de dezembro de 2000;

II - o fechamento não venha a interromper o sistema viário da região, impossibilitando o fluxo a imóveis adjacentes;

III - os equipamentos urbanos institucionais deverão permitir livre acesso aos funcionários públicos.Serão considerados comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura e saúde;

IV - as áreas de lazer já existentes, executadas pelo poder público, passarão a ser mantidas e conservadas pelas associações de proprietários;

V - **nos loteamentos existentes anteriores a aprovação desta Lei, o fechamento poderá estar localizado em passeios e logradouros públicos, de modo a não obstruir o acesso aos imóveis existentes tanto do lado interno como externo. A portaria deverá ser localizada de modo que não atrapalhe o fluxo de veículos de via pública.**

Artigo 19- As Associações de Proprietários, outorgadas nos termos desta Lei, afixarão em lugar visível nas entradas do loteamento fechado, placa com os seguintes dizeres:

"(denominação do loteamento)
PERMISSÃO DE USO REGULAMENTADA PELO DECRETO (Nº E DATA) NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL (Nº E ANO) OUTORGA A (razão social da associação nº do CGC e/ ou inscrição municipal)."

Artigo 20- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 21- Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 21 de outubro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Continuação do Autógrafo nº 020/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº 016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo no dia 1º de novembro de 2004, (segunda-feira) e voltará ao atendimento normal no dia 04 de novembro de 2004 (quarta-feira).

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de outubro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº 015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1° - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo no dia 11 de outubro de 2004, (segunda-feira) e voltará ao atendimento normal no dia 13 de outubro de 2004.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de outubro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária III

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 498 DE 13 DE MAIO DE 2004.

ACRESCENTA PARAGRAFO ÙNICO À LETRA "F" DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 124/94 15 DE SETEMBRO DE 1994 – QUE DISPÕE SOBRE REQUISITOS PARA DECLARAR ENTIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido o Parágrafo Único à Letra "F" do Artigo 3º da Lei Ordinária Municipal nº 124 de 15 de Setembro de 1994, que passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 3º....

f)...

Parágrafo Único – Excepcionalmente as ONGs de doações de órgãos, com no mínimo 06 (seis) meses de efetivo e contínuo funcionamento imediatamente anteriores, dentro de suas finalidades."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 496 DE 06 DE MAIO DE 2004

INSTITUI O PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS da Estância Turística de Holambra, que responsabilizar-se-à pela promoção da saúde e implantação da iniciativa de um Município Saudável em Holambra.

Artigo 2º - Compete ao Programa de Políticas Públicas Saudáveis de Holambra, em conjunto com o Departamento Municipal de Saúde:

I- Iniciar o processo de constituir-se "Município Saudável";

II- Promover a construção de ambientes físicos e sociais saudáveis e seguros;

III- Estabelecer um Comitê Intersetorial que responsabilizar-se-á por coordenar os projetos voltados ao Programa, com a participação de representantes dos diferentes departamentos municipais, poder legislativo e organizações de sociedade civil.

Artigo 3º - Fica vedado qualquer tipo de remuneração aos membros do Comitê Intersetorial, cujas atividades serão consideradas como serviços de relevância pública.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº014 DE 3 DE MAIO DE 2004

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXXVII DO ARTIGO 62 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 1º- O Inciso XXXVII do artigo 62 da Lei Orgânica da Estância Turística de Holambra passa a vigorar com a seguinte redação:

XXXVII - encaminhar à Câmara Municipal cópia dos Balancetes mensais, acompanhada do relatório mensal nominal dos empenhos efetuados, com seus respectivos destinos e valores, e do Balanço anual dos Fundos Municipais.

Artigo 2º- Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 3 de junho de 2004.

Autoria dos Senhores Vereadores: Pe.Nicolau João Bakker, Pedro Wanderlei Galli e Jacinta Elizabeth van den Broek Heijden.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSE MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Andréia Pereira Campanha
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 497 DE 13 DE MAIO DE 2004

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Arquivo Geral do Município da Estância Turística de Holambra, ao qual se subordinam tecnicamente, na condição de unidades setoriais, todos os arquivos da administração direta e indireta da Prefeitura.

Artigo 2º- o Arquivo Geral do Município tem como finalidades precípuas:

I- garantir acesso às informações contidas nos documentos sob sua guarda, observadas as restrições regimentais, na fase intermediária e de forma ampla, na fase permanente;

II- custodiar os documentos de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da prefeitura no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;

III- estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;

IV- estabelecer diretrizes e normas, articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Considera-se protocolo a unidade encarregada do recebimento, registro, distribuição e controle de tramitação de documentos.

§ 2º - À Unidade de arquivo corrente incumbe a guarda inicial de documentos cujos assuntos, embora solucionados, ainda recebem consulta freqüente.

Artigo 3º- O Arquivo Geral, órgão da divisão de cultura, subordinado ao Departamento de Cultura e Turismo terá a seguinte estrutura organizacional:

Artigo 11 – Compete ao Chefe do Executivo Municipal, dentro do prazo de cento e vinte dias da publicação desta Lei, regulamentar o regimento do Arquivo Geral do Município.

Artigo 12 - As despesas decorrentes com esta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria vigente no orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em geral.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

LEI N.º 499 DE 13 DE MAIO DE 2004.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, a título de contribuição, recursos financeiros ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, a que aludem os arts. 14 a 17, da Lei Complementar Estadual n.º 870, de 19 de junho de 2000, conforme a Deliberação CD-RMC n.º 001/2004, do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

§ 1º. O valor dos recursos financeiros de que trata este artigo deverá ser obtido através da seguinte equação:

$$Vr = 0,1 * M * ICMt$$

Sendo:

$$M = (P/Pt + ICM/ICMt) / 2$$

Onde:

Vr = Valor do Repasse

P = População do Município no exercício anterior (dados do IBGE)

ICM = Valor total dos repasses do ICMS ao Município no exercício anterior (dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo)

Pt = Total da população dos 19 (dezenove) Municípios da Região Metropolitana de Campinas no exercício anterior

ICMt = Total dos repasses do ICMS aos 19 (dezenove) Municípios da Região Metropolitana de Campinas no exercício anterior

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 501 DE 13 DE MAIO DE 2004

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ONG "DOE VIDA"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG "DOE VIDA".

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 500 DE 13 DE MAIO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09- Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 154510029.1.014000 Construção, Reforma e Ampliação De Praças, Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção do Parque dos Pássaros	R$ 113.083,23

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 81/02 – SCTDET - Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE, conforme disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à data de 01 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 502 DE 13 DE MAIO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08- Saúde 01- FMS - Atenção Básica 103010026.1.038000 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00.0000 Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	R$ 39.990,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 1850/2003 – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à data de 30 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 503 DE 13 DE MAIO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Divisão de Finanças e Dependências, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 115.884,00 (Cento e quinze mil e oitocentos e oitenta e quatro), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

03.....	Finanças.....	
03.....	Tributação.....	
041290010.1.04100..	Programa de Modernização da Administração Tributária – PEMAT.....	
4.4.90.35.....	Serviços de Consultoria.....	R$ 38.254,00
4.4.90.39.....	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.....	R$ 20.140,00
4.4.90.51.....	Obras e Instalações.....	R$ 12.080,00
4.4.90.52.....	Equipamentos e material permanente....	R$ 45.410,00

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes da Operação de Crédito Interna, destinado ao "Programa de Modernização da Administração Tributária – PEMAT".

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 30 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 495 DE 22 DE MARÇO DE 2004.

ALTERA A EMENTA,O ARTIGO 1º E O ARTIGO 3º DA LEI Nº 492 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a Ementa da Lei nº 492 de 18 de Dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A REVENDER ATRAVÉS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA OS LOTES DE TERRENOS REAVIDOS DOS LOTEAMENTOS PARQUE DOS IPÊS E JARDIM FLAMBOYANT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Artigo 2º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 492 de 18 de Dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 1º.- Fica o Município autorizado a proceder a revenda dos lotes reavidos por força do Decreto nº 424/02, na forma do que preceitua o artigo 17, I, da Lei nº 8.666/93 através de Concorrência Pública, para fins de programa habitacional no Município de interesse social."

Artigo 3º - Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 492 de 18 de Dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 3º - Os lotes reavidos serão revendidos através de Concorrência Pública para aquisição de bem imóvel para o suprimento do déficit habitacional de famílias carentes , previamente inseridas no Programa Habitacional do Município".

Artigo 4º - Todos os demais artigos mantêm-se inalterados.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 12 de fevereiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de março de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

I- *Divisão de Arquivo Intermediário,*
II- *Divisão de Arquivo Permanente,*
III- *Serviço de Apoio Normativo e Tecnológico,*
IV- *Serviço de Apoio Cultural,*
V- *Serviço de Apoio Administrativo.*

Artigo 4º- Ao Arquivo Geral do Município, em suas competências gerais, incumbe:

I- *garantir acesso às informações contidas na documentação sob sua custódia , ressalvados os casos de sigilo protegidos por lei;*
II- *receber, por transferência ou recolhimento, os documentos produzidos e acumulados pelo Poder Público Municipal;*
III- *receber, por doação ou compra, documentos de origem privada de interesse do município;*
IV- *conceder habeas data, observados os termos do artigo 5º da Constituição Federal;*
V- *produzir, a partir de fontes não convencionais, documentos que registrem expressões culturais de interesse para o município;*
VI- *promover a interação sistêmica com os arquivos correntes e protocolos das repartições municipais;*
VII- *manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais;*
VIII- *custodiar, por intermédio de acordos previamente firmados e se houver conveniência e oportunidade, documentos de outras esferas e poderes governamentais.*

Parágrafo Único – As competências especificas de cada unidade do Arquivo constarão de seu regimento interno, a ser baixado por ato próprio.

Artigo 8º - O Arquivo Geral, receberá recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário e ainda subvenções e auxílios do Governo Federal ou Estadual, podendo inclusive receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 9º - As Unidades orgânicas indicadas no artigo 1º, no inciso IV do artigo 2º e no inciso VI do artigo 4º adotarão a orientação e o controle técnico emanados do Arquivo, por intermédio de seu Serviço de Apoio Normativo.

Artigo 10 – O arquivo poderá, mediante convênio com a Câmara Municipal, manter a custódia de seus documentos de valor permanente.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 152 DE 13 DE MAIO DE 2004

"DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o parcelamento e o reparcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2003, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial , segundo os seguintes critérios:

I – para os débitos inscritos em dívida ativa constituídos até 31 de dezembro de 2003, que não foram objeto de acordo anterior, firmado com o Município:

a) para pagamento em até 20 (vinte) parcelas mensais, a partir da publicação desta Lei, o desconto será de 5% (cinco por cento) na multa e juros.
b) para pagamento em até 10 (dez) parcelas mensais a partir da publicação dessa Lei, o desconto será de 10% (dez por cento) na multa e juros.
c) para pagamento à vista, em até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, o desconto será de 20% (vinte por cento) na multa e juros.

II – para débitos constituídos até 31 de dezembro de 2003, inscritos na dívida ativa , que já foram objeto de negociação com o Município e cujos acordos não foram cumpridos:

a) pagamento em até 08 (oito) parcelas devidamente corrigidos, com a multa e juros legais, na forma de Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 121 de 27/12/2001.
b) Pagamento à vista em até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, com desconto de 10% (dez por cento) na multa e juros.

§ 1º – A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do "caput" do presente artigo, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento a vista, sendo-lhe facultado ingressar com pedido de parcelamento e reparcelamento do débito.

§ 2º - Não gozarão do benefícios previstos nesta lei, as dívidas ativas de contribuintes, que já possuam parcelamento de débitos junto ao Município, objeto de acordo extra judicial ou judicial, bem como àquelas, objeto de acordos firmados, que não tenham sido regularmente cumpridas.

Artigo 2º - O benefício fiscal previsto no inciso I do artigo 1º, independe da aprovação do Prefeito, considerando-se automaticamente concedido a partir da data da publicação desta Lei, desde que cumprido o prazo previsto nesta Lei.

Artigo 3º - O contribuinte deverá requerer o parcelamento e/ou reparcelamento previsto nos incisos I e II do artigo 1º desta Lei, impreterivelmente até 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

§ 1º – Os requerimentos de parcelamento e/ou reparcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverão ser protocolados junto a Lançadoria, no prazo referido no caput, com a indicação do número de parcelas desejadas e das garantias oferecidas, que poderão ser representadas por hipoteca ou caução de nota promissória avalizada.

§ 2º – A apresentação do requerimento de parcelamento e/ou reparcelamento importa na confissão da dívida e não implica obrigatoriedade do seu deferimento.

§ 3º – O Chefe do Poder Executivo poderá delegar competência ao Chefe da Lançadoria e ao Procurador do Município, cada qual em sua área de atuação, para receber e apreciar os pedidos de parcelamento e/ou reparcelamento apresentado pelo contribuinte.

§ 4º – A concessão de parcelamento e/ou reparcelamento, que corresponderá a formalização do acordo com o contribuinte, deverá estar devidamente fundamentada pela autoridade competente que o deferir.

§ 5º – Os requerimentos apresentados fora do prazo de que trata o presente artigo, não serão conhecidos e apreciados pelo setor competente.

Artigo 4º - O saldo devedor parcelado e/ou reparcelado em reais, será atualizado segundo índice adotado pelo Município.

Artigo 5º - Os débitos fiscais parcelados e ou reparcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, mais multa de 10% sobre o total do acordo firmado.

Artigo 6º - O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento do boleto de cobrança bancária, emitido na forma do artigo terceiro, ou como representativo das prestações do objeto dos parcelamentos e/ou reparcelamento formalizados, poderá ensejar, à critério da Administração, no imediato encaminhamento a protesto extrajudicial do débito fiscal.

§ 1º – Decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento do contribuinte, este perderá os benefícios concedidos por esta Lei, hipótese que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados, com os acréscimos legais previstos nesta Lei.

§ 2º - Todos os valores inscritos em dívida ativa, objeto de benefício por esta Lei, em caso de não pagamento serão remetidos à procuradoria da fazenda Municipal para cobrança judicial.

Artigo 7º - O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedida ou reconhecida em processo eivado de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 8º - A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Artigo 9º – Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços do Banco do Brasil S.A.

Artigo 10 – O Poder Executivo, poderá expedir atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta Lei.

Artigo 11 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

AUTÓGRAFO Nº 019/2004
PROJETO DE LEI N.º 006/2004

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2005, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e o Instituto de Previdência, observando-se os seguintes objetivos:

I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II - municipalização integral do ensino fundamental, da primeira à oitava série;

III - dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;

IV - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

V - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

VI - assistência à criança e ao adolescente;

VII - melhoria da infra-estrutura urbana;

VIII - oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde (SUS);

IX - austeridade na gestão dos recursos públicos;

X - princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

XI - desenvolver a infra-estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade.

XII - atender objetos contidos na Legislação que criou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Holambra – I.P.M.H.

Art. 3º - A Câmara Municipal e o I.P.M.H. deverão enviar suas propostas Orçamentárias ao Executivo até trinta (30) dias úteis antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo Único - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal até sessenta (60) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2005, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, no artigo 165, §§§§ 5.º, 6.º; 7.º e 8.º da Constituição Federal, à Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da seguridade social.

Art. 5º - A proposta orçamentária para o ano 2005, conterá as metas e prioridades estabelecidas no anexo que integra esta Lei e ainda as seguintes disposições:

I - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;

II - na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em agosto de 2004, observando a tendência de inflação projetada;

IV - somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento constante do relatório de projetos anexo a esta Lei, bem como após contemplar as despesas de conservação com o patrimônio público;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

V - não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária;

VI - os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo Único - Os projetos a serem incluídos na Lei Orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 6º - Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, por decreto e ato da mesa, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Parágrafo Único - A limitação de que trata este artigo será determinada por unidades orçamentárias e terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação.

Art. 7º - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º - As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 8º - Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Parágrafo Único - Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de débitos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá encaminhar Projeto de Lei visando

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III - o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

IV – a criação, fusão ou extinção de Diretorias/Secretarias.

Parágrafo Único - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 10 - O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) apurado sobre a receita corrente líquida do exercício.

§ 1° - O limite de que trata este artigo não poderá ser ultrapassado e será assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2° - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

II - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o *"caput"* deste artigo;

IV - com inativos, ainda que por intermédio do Instituto de Previdência, custeadas com recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9° do art. 201 da Constituição Federal.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelo Instituto de Previdência.

Art. 11 – No exercício de 2005 o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas custeados com recursos orçamentários ficarão a cargo de comissões instituídas no âmbito de cada Poder.

§ 1º - As comissões encaminharão relatórios ao responsável pelo controle interno e ao Chefe do respectivo Poder até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre civil, apontando os custos apurados e a avaliação dos resultados, tudo ao menos por projeto e atividade.

§ 2º - Os relatórios serão divulgados por afixação e permanecerão disponíveis para exame de qualquer cidadão.

Art. 12 - Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 1993, alterada pela Lei n.º 9.648 de 1998.

Art. 13 - O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo Projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III - revisão das taxas, tarifas e preços públicos objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo código 99999999 em montante equivalente que compreenda 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2005 para os fins de que trata o caput deste artigo, poderá constituir-se em recurso para abertura de outros créditos adicionais.

Art. 15 - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa.

V - contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 16 - Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se as disposições contidas na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 17 - A concessão de subvenções sociais e auxílios a instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependerá de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos a disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação.

Art. 18 - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

I - caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

III - sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 19 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que possibilitem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 20 - Acompanha esta Lei, relatório contendo os projetos em andamento, inclusive aqueles que avançarão para o próximo exercício, em atendimento ao parágrafo único do artigo 45 da L.C.101/00.

Art. 21 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 22 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência financeira.

Art. 23 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Estadual e Federal através de seus órgãos da administração direta para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 21 de julho 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO DE 2005

Programas	**Prioridades e Metas**
Processo Legislativo	Realizar as sessões necessárias e fiscalizar a ação governamental. Aquisição de equipamentos e material permanente. Construção de prédio para abrigar a Câmara Municipal em instalações adequadas.
Gestão Político Administrativa	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e das assessorias. Aquisição de equipamentos e material permanente para o gabinete.
Suporte Administrativo	Reformar prédio do Paço Municipal. Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Administração. Construção de Almoxarifado, adequado para armazenamento de produtos devidamente informatizado.
Organização e Modernidade Administrativa	Modernização dos Departamentos do Executivo e Legislativo objetivando eficácia dos programas de trabalho. Aquisição de terreno para construção de Paço Municipal. Construção do novo Paço Municipal com instalações adequadas aos serviços prestados à coletividade Holambrense. Criar convênio com o Estado para implantação do Banco do Povo. Manutenção do Posto do INSS em convênio com o Ministério. Construção de Prédio para abrigar a Polícia Militar (Convênio com o Estado). Construção de Prédio para abrigar a Polícia Civil(Convênio com o Estado).
Planejamento Governamental a nível Estadual, Regional e Federal	Formalização e acompanhamento dos convênios. Formalizar os planos de ação governamental e o orçamento anual. Implantar sistema informatizado nas diversas unidades administrativas. Promover a capacitação profissional dos servidores municipais. Desenvolver indicadores de custo e de avaliação de resultados dos programas. Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de contribuições à Consórcios, Associações e Fundos, a nível Estadual e Federal.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Atividades do Fundo Social de Solidariedade	Aquisição de terreno para a construção da sede do Fundo Social de Solidariedade. Construção e aquisição de equipamentos permanentes para o Fundo Social de Solidariedade. Disponibilizar recursos financeiros para a manutenção do Fundo Social de Solidariedade e suas atividades Assistir a comunidade carente. Atender necessidades dos aposentados e comunidade carente. Atender aos programas da Assistência Social. Despesas com dependentes e usuários de drogas – Auxílio Mensal.
Apoio às Instituições Assistenciais e Filantrópicas	Disponibilizar recursos financeiros para a concessão de subvenções sociais às entidades assistenciais e filantrópicas, que vier a regularizar e construir no período.
Integração Social do Deficiente Físico	Construção e aquisição de materiais permanentes para Oficina Abrigada. Promover cursos de qualificação profissional. Manter as atividades do Projeto Oficina Abrigada. Criar e manter o Programa Oficina Abrigada.
Atividades do Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Disponibilizar recursos financeiros para a compra de imóveis para a sede e um veículo para locomoção. Subsidiar os projetos propostos para a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente.
Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série	Construção, reforma e manutenção de escolas. Adquirir equipamentos e material permanente de uso escolar. Realizar cursos de qualificação para professores da rede municipal. Construção e cobertura de quadras poliesportivas nas escolas da cidade. Atender ao Programa de Bolsa Escola.
Assistência Integral à Criança de 0 a 6 anos	Manutenção de creches e pré-escolas. Construção de escolas de ensino infantil e reforma das unidades existentes. Aquisição de veículos e material permanente de uso escolar. Construção, reformas e ampliação de creches na zona urbana e rural da cidade.
Alfabetização de Adultos	Alfabetizar o adulto para que este compreenda e se adapte melhor no mercado de trabalho. Criação de bolsas de estudo e de cursos profissionalizantes, o que certamente dará à comunidade novas oportunidades para o mercado de trabalho e bolsas de estudos.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Merenda Escolar	Fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino infantil e fundamental. Aquisição de equipamentos de copa e cozinha e uniformes. Construção de depósito para recepção, armazenamento e distribuição da Merenda Escolar. Construção e aquisição de equipamentos para a Cozinha Piloto, para elaboração da Merenda Escolar. Adequação e manutenção da Padaria Municipal.
Transporte e Estudo Universitário	Auxiliar no transporte ao Estudante Universitário residente em Holambra, para acesso e deslocamento às universidades – Convênio com a Associação dos Estudantes.
Promoção de Eventos Culturais	Promoção de eventos culturais, esportivos e de lazer. Incentivar realização da Expoflora, Hortitec, Enflor, Trek-Treker, Garden Fair e Festa do Peão e fomentar a comunidade e principalmente o Departamento de Cultura a desenvolver eventos voltados pessoas de várias idades e classes sociais de Holambra. Manutenção de atividades culturais, grupos de danças, corais e feiras de artesanato.
Atividades da Biblioteca Municipal	Dotar a biblioteca pública municipal de mais livros e obras voltadas ao ensino e formação cultural do cidadão. Aquisição de equipamentos de informática e implantação de acesso à *Internet* para melhor atender a clientela estudantil e a comunidade. Construção de prédio para biblioteca pública municipal – Convênio Governo do Estado.
Organização do Arquivo Histórico e Arquivo Geral do Município	Criar o arquivo histórico e arquivo geral com a história de Holambra, primeiros colonizadores e desenvolvimento da cidade, principalmente dar ao Jovem Holambrense consciência da sua história. Construção de Prédio para abrigar o Museu Histórico e Arquivo Geral da cidade – Convênio Governo do Estado. Aquisição de equipamentos e manutenção do Museu Histórico e Arquivo Geral de Holambra.
Atividades Recreativas	Construção e manutenção de centros de lazer nos bairros da zona urbana e rural do Município. Construção de centros comunitários nos bairros da zona urbana e rural do Município. Promoção de eventos esportivos e de Lazer. Reforma e manutenção do Ginásio Municipal e do Estádio Municipal "Zeno Capato".
Infra-estrutura Esportiva	Dar condições financeiras as equipes esportivas de Holambra, para deslocamento em disputa de jogos fora do Município e participação de campeonatos.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Atendimento Integral à Saúde	Manter as unidades básicas de saúde, dando atendimento à clientela necessitada de tratamento na Saúde, PSF – Programa de Saúde da Família, Programa Dose Certa, Programa Saúde Mental, Programa de Saúde da Criança, Programa de Saúde do Idoso, Campanhas de Vacinação, Oftalmo, Prevenção de Câncer no Colo Uterino e Programa da Saúde da Mulher. Construção de Postos de Saúde nas Zonas Rural e Urbana do Município. Manutenção, melhoria, ampliação e aquisição de equipamentos para a Policlínica Municipal. Construção, manutenção, aquisição de equipamentos e contratação de pessoal para Laboratório de Análises Clínicas Municipal. Realização de ações, campanhas e controle para erradicação de epidemias. Aquisição de veículos, equipamentos e aparelhos necessários para exames de laparoscopia, ultrassonografia e reposição de outros equipamentos hospitalares. Reformar e ampliar as instalações das unidades de saúde e centro de reabilitação. Criação de farmácia específica de medicamentos genéricos. Plano de Saneamento Básico. Plano imunobiológico (vacinas e soros). Realização de Convênios com Hospitais, para atendimento de nossos Munícipes. Participar de Consórcio Regional de Saúde. Criação do Consórcio Intermunicipal de Saúde. Realização de Convênios com órgãos das Esferas Estadual, Federal , Privado, Ongs Nacional e Internacional, que venham proporcionar o desenvolvimento da saúde nos diversos níveis de atenção dentro do Município.
Atendimento Odontológico	Atendimento preventivo ao cidadão com projetos voltados à saúde bucal – Projeto Sorriso e Saber. Construção de Centro Odontológico. Aquisição de equipamentos e manutenção de Centro Odontológico.
Combate à Desnutrição Infantil	Humanização do parto e atendimento à mãe e acompanhamento da criança para não ficarem desnutridas.
Programas Desenvolvidos pela SUCEM	Combate a epidemias, combate a dengue e doenças transmissíveis.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Obras e Equipamentos Urbanos	Dotar o departamento técnico de obras de equipamentos básicos para o desenvolvimento da cidade e realização de obras voltadas aos projetos sociais. Infra-estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade, por tratar-se de Estância Turística. Obras de guias e sarjetas, galerias e pavimentação na área urbana e de expansão urbana da cidade. Construção de praças nas áreas da zona urbana e rural do município. Obras de terraplanagem, arborização e ajardinamento nas áreas verdes situadas na Zona Urbana e Rural do Município, além das margens da Rod. SP 107 no trecho entre as divisas do Município. Colocação de placas indicativas de sinalização de trânsito nas Ruas e Avenidas, como também nas estradas da cidade, seguindo padronização com visual em destaque. Colocação de placas de identificação de vias e logradouros no Município. Execução de obras de calçamento em prédios próprios da municipalidade, em frente ás entidades sociais sem fins lucrativos como a Associação Príncipe Bernardo e outras e em Imóveis onde o Proprietário não cumpriu a Lei Municipal 081/94. Iluminação Pública nas ruas, praças, áreas verdes e Avenidas, assim como nas estradas que necessitem este melhoramento. Implantação de ciclovias nas ruas, avenidas e estradas de nossa cidade. Construção de Parque Ecológico. Construção do Velório Municipal – convênio Governo do Estado. Desapropriação de áreas em geral. Construção de Moinho em tamanho original.
Fiscalização e Controle de Uso do Solo	Fiscalizar e aplicar a Legislação Vigente.
Desenvolvimento Industrial	Aquisição de área para implantação de Distrito Industrial, o que incentivará e fomentará a instalação de empresas em Holambra não poluentes. Incentivar as indústrias ligadas aos agro-negócios, agricultura orgânica e estimular a permanência das empresas existentes no município.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Políticas Habitacionais a População Carente	Aquisição de áreas para construção de casas populares, inclusive através de convênios com o Estado, protegendo a Família de Baixa Renda. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamento Popular de Lotes Urbanizados.
Serviço de Utilidade Pública	Promover os serviços essenciais voltados ao bem estar do cidadão, destinando o lixo domiciliar em aterro sanitário, limpeza da cidade e recolhimento de entulhos. Aquisição e instalação de equipamentos para incineração do Lixo Hospitalar. Manutenção da coleta, tratamento e disposição final do lixo hospitalar com empresa especializada, devidamente autorizada pela Cetesb. Implantação semáforos, para controle de velocidade em ruas, avenidas, estradas e rodovias em perímetro urbano, protegendo o cidadão. Construção de Terminal Rodoviário Coberto. Implantação de abrigos padronizados nos pontos de ônibus de linhas Municipais e Intermunicipais. Cobertura de gastos com o Plano Diretor e com os Conselhos Municipais devidamente constituídos no Município. Colaboração financeira com a Região Metropolitana de Campinas – RMC. Aperfeiçoar sinalização para o trânsito. Formalizar a municipalização do trânsito.
Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	Participar de Consórcio Inter-Municipal. Realizar a limpeza em 100% da zona urbana. Realizar coleta de lixo na zona rural. Realizar coleta seletiva de lixo. Realizar a coleta de lixo em 100% (cem por cento) dos imóveis urbanos. Adquirir equipamentos para a coleta de lixo domiciliar. Instalação de uma Usina de Reciclagem de Lixo, com implantação de processo seletivo dos materiais coletados.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto	Perfuração de poços profundos (poços artesianos). Construção de depósitos e caixas elevatórias de água. Implantação e ampliação de rede de distribuição de água. Conclusão e ampliação da E.T.A. (Estação de Tratamento de Água). Saneamento básico em pequenas localidades. Ampliação da E.T.E. (Estação de Tratamento de Esgoto) da Cachoeira – Convênio Governo Federal. Construção de E.T.E.s nos bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Implantação e ampliação de rede coletora de esgotos.
Defesa Contra Inundações	Obras para contenção de enchentes na Microbacia Palha Grande e nos Bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Combate a erosões e proteção aos mananciais existentes. Proteção a montante das matas ciliares da futura captação no Rio Camanducaia.
Preservação e Controle Ambiental	Recuperação e Implantação das matas ciliares para proteção dos recursos hídricos. Instituição de áreas de Proteção Ambiental (APA'S) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIES'S). Criação da Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente. Obras de despoluição em córregos e represas da cidade, afetados pelo lançamento de esgotos. Realizar estudos hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água. Criação do CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Código Municipal do Meio Ambiente; Fundo Municipal do Meio Ambiente. Implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Preservação e Controle Ambiental	Recuperação e Implantação das matas ciliares para proteção dos recursos hídricos. Instituição de áreas de Proteção Ambiental (APA'S) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIES'S). Criação da Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente. Obras de despoluição em córregos e represas da cidade, afetados pelo lançamento de esgotos. Realizar estudos hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água. Criação do CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Código Municipal do Meio Ambiente; Fundo Municipal do Meio Ambiente. Implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos.
Assistência Técnica Agrícola	Integrar a associação de desenvolvimento rural, integrado e sustentado das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, em convênio com o Governo Federal no Projeto Banco da Terra. Assistir o pequeno agricultor com tecnologia, equipamentos modernos objetivando melhor produtividade. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamentos na Zona Rural do Município, denominados AGRO-VILAS, objetivando manutenção do Homem no Campo . Construção e implantação de Viveiro Municipal de Mudas de árvores, flores e plantas para dar apoio ao pequeno agricultor e manutenção de praças, parques e jardins. Manutenção e aquisição de equipamentos para a Patrulha Agrícola com o objetivo de atender o pequeno agricultor e incentivá-lo à educação e aprimoramento contínuo, participando de palestras e cursos, dando apoio técnico aos participantes.
Construção, Melhoria e Conservação de Estradas	Manter em estado de conservação 100% (cem por cento) das estradas vicinais. Adquirir equipamentos para manutenção e conservação das estradas vicinais. Manutenção, cascalhamento, terraplanagem, obras de galeria e pavimentação das estradas vicinais.
Contribuição Patronal da Previdência Social e INSS	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições sociais.
Contribuição Patronal do Regime Estatutário	Atender a legislação vigente no que tange ao funcionário estatutário.
Custeio da Previdência	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de auxílio doença.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Estado de São Paulo
CNPJ 67.172.312/0001-53
Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
Parágrafo Único do art.45 da Lei Complementar 101/00
Artigo 21 da L.D.O.

Identificação		*Cronograma Financeiro*		
		Data Início	*Data Término*	*Valor Pactuado R$*
Construção E.T.E. Lot.Sto.Antônio	Convênio Governo Federal	01/2004	01/2005	50.000,00
Drenagem Águas Pluviais Rua das Dálias	Convênio Governo Federal	02/2004	03/2005	50.000,00
Drenagem Águas Pluviais Chác.Camanducaia	Convênio Governo Federal	05/2004	03/2005	48.925,00
Construção E.T.E. Chác.Camanducaia	Convênio Governo Federal	02/2004	03/2005	70.000,00
Construção Guias e Sarjetas Camanducaia	Convênio Governo Federal	02/2004	03/2005	71.894,00
Instalação de Sinalização Turística		02/2004	03/2005	176.072,25
Galeria Águas Pluviais Perimentral Mário Bonano		02/2004	03/2005	35.226,00
Construção de Praças dos Coqueiros e Praça dos Crisântemos		02/2004	12/2004	76.156,80
Construção Parque dos Pássaros		02/2004	12/2004	127.266,44
Construção E.T.A.		02/2004	12/2004	400.000,00
Término da Perimentral Mário Bonano		01/2004	01/2005	300.000,00
Construção Velório Municipal	Convênio Governo Federal	06/2004	08/2005	120.000,00
Construção Oficina Abrigada		06/2004	08/2005	120.000,00
Construção Escola Jd.das Tulipas	Convênio Governo Estadual	05/2004	04/2005	700.000,00
Construção Campo de Futebol Bairro Pinhalzinho	Convênio Governo Estadual	06/2004	06/2005	54.000,00
Construção Campo de Futebol Bairro Alegre	Convênio Governo Estadual	06/2004	06/2005	54.000,00

Ampliação e Reforma da Creche Colméia		06/2004	06/2005	70.000,00
Implantação de Usina de Reciclagem		08/2004	06/2005	30.000,00
Ampliação do Aterro Sanitário		08/2004	08/2005	65.000,00
Adequação e Funcionamento do Posto de Reciclagem		01/2004	08/2004	20.000,00
Construção de Quadra Poliesportiva B.Palmeiras		08/2004	06/2005	30.000,00
Construção de Vestiário Estádio Mun.Zeno Capato	Convênio Governo Estadual	06/2004	06/2005	70.000,00
Construção de Creche B.Vila Nova	Convênio Governo Federal	08/2004	06/2005	120.000,00
Construção de área de lazer no Bairro Camanducaia	Convênio Governo Estadual – DADE	08/2004	10/2005	40.000,00
Recapeamento das ruas na área urbana	Convênio Governo Estadual – DADE 2004	08/2004	10/2005	309.416,00
Construção da Biblioteca Municipal	Convênio Governo Estadual – DADE 2004	08/2004	10/2005	280.000,00
Instalação de Iluminação Pública na Perimetral Mário Bonano	Convênio Governo Estadual – DADE 2003	08/2004	10/2005	215.000,00
Construção do Praça da Cidade	Convênio Governo Estadual – DAE 2003	05/2004	06/2005	255.000,00
Construção da Praça das Crianças	Convênio Governo Estadual – DADE 2003	05/2004	06/2005	95.000,00

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATO DA MESA N.º 031/2004

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA CÂMARA ITINERANTE NO BAIRRO MORADA DAS FLORES, PRÉDIO DA 3º IDADE.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, com fundamento na Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001,

DECIDE:

Artigo 1º- Nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001, **DESIGNAR** o Bairro Morada das Flores, para reunião da Câmara Itinerante, a realizar-se em 20 de julho de 2004, no Prédio da 3º Idade.

Artigo 2º- Determinar o deslocamento de todo o equipamento necessário à realização da Câmara Itinerante para o local referido no artigo 1º, na data mencionada.

Artigo 3º- Determinar seja dada ampla divulgação da realização da Câmara Itinerante objeto desta Resolução.

Artigo 4º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 16 de junho de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 150 DE 22 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL – CECI ABELHINHA NO BAIRRO PALMEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º- Fica criado o "CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL - CECI ABELHINHA", no Bairro Palmeiras, órgão da divisão de creche, subordinado ao Departamento de Educação, conforme dispõe o artigo 18 da Lei 10/93, cuja finalidade é assistencial e educacional à criança e família promovendo o desenvolvimento moral, social e educacional dos menores e seus familiares.

Artigo 2º- O "CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL - CECI ABELHINHA", receberá recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário e ainda subvenções e auxílios do Governo Federal ou Estadual, podendo inclusive receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 3º- O Poder Executivo Municipal regulamentará as providências necessárias no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei, para a estrutura da Secretaria Executiva do "CECI ABELHINHA" subordinada ao Departamento de Educação seu regulamento e funcionamento, bem como a nomeação de seus integrantes.

Artigo 4º- As despesas decorrentes com esta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria vigente no orçamento sob o código nº 4.3-0841190.

Artigo 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário de 02 de fevereiro de 2004.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Março de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 149 DE 05 DE MARÇO DE 2004

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 36 E 37 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 127 DE 20 DE MAIO DE 2002.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica por esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 36 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 2002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 41/03 que passa a vigorar com a seguinte redação e acrescenta Parágrafo Único:

"Artigo 36 – A contribuição previdenciária compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros órgãos empregadores é constituída de recursos do Orçamento e é calculada sobre o total mensal creditado em folha de pagamento dos servidores ativos, abrangidos por esta Lei, mediante a aplicação da alíquota de 11% (onze por cento).

Parágrafo Único – Sendo necessárias alterações da contribuição patronal a alíquota apresentada em cálculo autuarial deverá constar na LDO para o exercício seguinte."

Artigo 2º - Fica por esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 37 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 2002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 41/03, excluem-se os § 1º, 2º e 3º e acrescenta os Incisos I e II, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 37 – A contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangidos por esta Lei, serão descontadas:

I. Para os servidores ativos serão descontados 11% da sua remuneração mensal;

II. Para os inativos e pensionistas os 11% incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que superar 50% dos limites máximos estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da C.F."

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 05 de Março de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 494 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 391 DE 06/08/2001 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA "MÉDICO DE FAMÍLIA",NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado por esta Lei Municipal o artigo 1º da Lei nº 391 de 06 de agosto de 2001, que passa a viger com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica criado no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, e afeto à Diretoria Municipal de Saúde, o PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA "MÉDICO DE FAMÍLIA" como estratégia de mudança do modelo assistencial e em consonância com as diretrizes básicas da Secretaria de Saúde e Ministério da Saúde, a ser prestado por 03 (três) equipes de saúde, composta dentre outros por:

I- 01 (um) Médico;
II- 01 (um) Enfermeiro e
III- 02 (dois)Auxiliares de Enfermagem e
IV- 06 (seis) Agentes Comunitários de Saúde;
V- 01 (um) Dentista;
VI- 01 (uma) ACD – Auxiliar de Cirurgião Dentista."

Artigo 3º - Os demais artigos da Lei Municipal nº 391 de 06 de agosto de 2001 permanecem inalterados.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Fevereiro de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe De Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 493 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O COLÉGIO VAN GOGH – COC HOLAMBRA/CEPHOL CENTRO PROFISSIONALIZANTE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termos de Convênio e Aditivos com o **COLÉGIO VAN GOGH – COC HOLAMBRA/CEPHOL CENTRO PROFISSIONALIZANTE HOLAMBRA**, para o desenvolvimento de Projeto Educacional, o qual será criado um espaço para produção de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, nativas e exóticas, e também para a instalação de uma estação meteorológica.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Fevereiro de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 148 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I, II, IA E IIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Ficam criados os seguintes cargos, nas quantidades e referências abaixo:

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
11	Pajens	02 A 04
01	Lavadeira	02 A 04
03	Faxineiras	01 A 03
04	Cozinheira	02 A 04
02	Coletor de Lixo	04 A 06
01	Terapeuta Ocupacional	13 A 15
06	Jardineiro	03 A 05
03	Motoristas	05 A 07
03	Motoristas de Ônibus	06 A 08
01	Nutricionista	13 A 15
01	Telefonista	05 A 07
03	Tratorista	04 A 06
01	Prático de Panificação	08 A 10
01	Auxiliar de Panificação	04 A 06
01	Técnico de Laboratório	08 A 10
01	Biólogo	13 A 15
01	Farmacêutico Bioquímico	13 A 15
25	Agentes Comunitários	04 A 06
01	Assistente Social de Saúde	11 A 13
03	Assistente Cirurgião Dentista	05 A 07
01	Dentista	13 A 15
02	Auxiliar de Enfermagem	06 A 08
02	Enfermeiro	10 A 12
06	Auxiliar Serviços Esportivos	05 A 07
01	Engenheiro Agrícola	13 A 15
01	Operador de Maquina Esteira	10 A 12
01	Operador de Maq. Motoniveladora	10 A 12
03	Instrutor de Informática	10 A 12
01	Instrutor de Fanfarra	10 A 12
01	Instrutor de Música	10 A 12

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO II

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	Coordenador de Creche	11
01	Chefe de Divisão de PSF	13
01	Chefe de Divisão de Patrimônio	13
01	Coordenador de Patrimônio	11
01	Coordenador de Posto da Saúde da Família	11
01	Chefe de Divisão de Serviço de Água e Esgoto	13

ANEXO IA

QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
02	Professores de Ensino Fundamental I	M II
02	Professores de Ensino Fundamental II	M IV
02	Professores de Educação Infantil	M I
01	Professor de Educação Especial	M III

ANEXO IIA

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	Vice – Diretor de Unidade Educacional	M V
01	Coordenador de Unidade de Educação Inf.	M V
01	Diretora de Unidade Educacional	M V

Artigo 2º - Ficam extintos os seguintes cargos, nas quantidades e referências abaixo:

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

QTDE	*DENOMINAÇÃO*	*REFERÊNCIA*
02	*Ajudante de cozinha*	*01 A 03*
01	*Ajudante de Encanador*	*01 A 03*
01	*Ajudante de Mecânico*	*01 A 03*
01	*Auxiliar de Serv. e Trabalhos Manuais*	*07 A 09*
01	*Agrônomo*	*13 A 15*
02	*Armador*	*05 A 07*
03	*Escriturário*	*05 A 07*
02	*Operador de Máquina*	*06 A 08*
08	*Serviços Gerais*	*01 A 03*
01	*Serralheiro*	*04 A 06*
01	*Soldador*	*06 A 08*
01	*Veterinário*	*13 A 15*
03	*Vigia*	*03 A 05*
01	*Zelador*	*03 A 05*

ANEXO II

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	*DENOMINAÇÃO*	*REFERÊNCIA*
04	*Agente Comunitário*	*04*
01	*Instrutor de Música*	*07*

Artigo 4º - As tabelas inclusas, de Empregos do Quadro Permanente e em Comissão constantes dos Anexos I, II, IA e IIA substituem as tabelas em vigor.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Fevereiro de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO I

CARGOS PERMANENTES

QTDE.	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
25	AGENTE COMUNITÁRIO	04 A 06
10	AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III	01 A 03
02	AJUDANTE DE COZINHA I, II, III	01 A 03
03	ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA	05 A 07
06	ATENDENTE DE ENFERMAGEM I, II, III	05 A 07
10	AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III	06 A 08
01	AUXILIAR DE DEPTº PESSOAL I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III	07 A 09
02	AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III	07 A 09
03	AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE PANIFICAÇÃO	04 A 06
06	AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS	05 A 07
01	ALMOXARIFE I, II, III	08 A 10
01	AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ARQUITETO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
02	ASSISTENTE SOCIAL, JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	ASSISTENTE SOCIAL SAÚDE	11 A 13
01	BIBLIOTECÁRIO I, II, III	11 A 13
01	BIÓLOGO	13 A 15
02	CARPINTEIRO I,II,III	07 A 09
05	COLETOR DE LIXO I, II, III	04 A 06
01	CONTÍNUO I, II, III	01 A 03
05	COORDENADOR PEDAGÓGICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	COPEIRA I, II, III	02 A 04
01	COVEIRO I, II, III	04 A 06
17	COZINHEIRA I, II, III	02 A 04
07	DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	DESENHISTA I, II, III	09 A 11
01	ELETRICISTA I, II, III	07 A 09
07	ESCRITURÁRIO I, II, III	05 A 07
02	ENCANADOR I, II, III	04 A 06
05	ESTAGIÁRIO I, II, III	05 A 07
01	ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III	07 A 09
02	ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III	07 A 09
04	ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER	10 A 12
02	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ENGENHEIRO AGRÍCOLA	13 A 15
01	FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	13 A 15
33	FAXINEIRA I, II, III	01 A 03
02	FISCAL DE OBRAS I, II, III	08 A 10
02	FISCAL SANITÁRIO I, II, III	08 A 10
01	FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III	08 A 10

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

01	FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
29	GUARDA MUNICIPAL I, II, III	07 A 09
09	INSPETOR DE ALUNO I, II, III	03 A 05
01	INSTRUTOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE JUNIOR, SENIOR E MASTER	12 A 14
03	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	10 A 12
01	INSTRUTOR DE MÚSICA	10 A 12
01	INSTRUTOR DE FANFARRA	10 A 12
13	JARDINEIRO I, II, III	03 A 05
05	LAVADEIRA I, II, III	02 A 04
01	MECÂNICO I, II, III	07 A 09
26	MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
14	MÉDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
18	MERENDEIRA I, II, III	02 A 04
13	MOTORISTA I, II, III	05 A 07
11	MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III	07 A 09
09	MOTORISTA ONIBUS I, II, III	06 A 08
03	MONITOR, I, II, III	03 A 05
02	NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ORIENTADOR FUTEBOL I, II, III	07 A 09
04	OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III	06 A 08
01	OPERADOR DE MÁQUINA ESTEIRA	10 A 12
01	OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA	10 A 12
45	PAJEM I, II, III	02 A 04
01	PRÁTICO DE PANIFICAÇÃO	08 A 10
09	PEDREIRO I, II, III	05 A 07
02	PINTOR I,II,III	06 A 08
17	PROFESSOR I, II, III	07 A 09
01	PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III	07 A 09
02	PROFESSOR ED.FÍSICA JUNIOR, SENIOR, MASTER	07 A 09
02	PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
09	RECEPCIONISTA I, II, III	04 A 06
12	SERVIÇOS GERAIS I, II, III	01 A 03
02	SECRETÁRIA I, II, III	06 A 08
01	TÉCNICO AGRÍCOLA I,II,III	08 A 10
02	TÉCNICO RAIO X I,II,III	08 A 10
01	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	08 A 10
02	TELEFONISTA I, II, III	05 A 07
02	TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
08	TRATORISTA I, II, III	04 A 06
06	TRATADOR DE ÁGUA I, II, III	04 A 06
01	TESOUREIRO I, II, III	13 A 15
07	VIGIA I, II, III	03 A 05
02	ZELADOR I, II, III	03 A 05

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO

QTDE.	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	ASSESSOR DE IMPRENSA	13
01	ASSESSOR DEPARTAMENTO JURÍDICO	13
02	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	13
01	COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL	15
01	CHEFE DE GABINETE	15
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CONTADORIA	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE FINANÇAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE LANÇADORIA	13
01	CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	13
01	CHEFE DO DEPARTAMENTO BEM ESTAR SOCIAL	13
01	CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PSF	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	13
05	CONSELHEIRO TUTELAR	09
02	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	11
01	COORDENADOR DE POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	11
01	COORDENADOR DE PATRIMÔNIO	11
04	COORDENADOR DE CRECHE	11
02	COORDENADOR DE ESCOLA	11
01	COORDENADOR DO SETOR DE EPIDEMIOLOGIA	11
02	COORDENADOR DE OBRAS	11
01	COORDENADOR DA OFICINA ABRIGADA	11
01	COORDENADOR DE ESPORTES	11
01	COORDENADOR DE TURISMO	11
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	17
01	DIRETOR DEP.BEM ESTAR SOCIAL	17
01	DIRETOR DE SAÚDE	17
01	DIRETOR DE EDUCAÇÃO	17
01	DIRETOR DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	17
01	DIRETOR DE FINANÇAS	17
01	DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	17
01	DIRETOR DE PLANEJAMENTO	17
01	DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO	17
01	ENCARREGADO JUNTA SERVIÇO MILITAR	08
01	ENCARREGADO DE JARDINAGEM	08

01	ENCARREGADO POSTO SAÚDE	08
01	ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE ÁGUA	08
01	ENCARREGADO DE COZINHA	08
01	MOTORISTA EXECUTIVO	10
01	PROCURADOR JURIDICO	15
01	SUBENCARREGADO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO	06
01	SUBENCARREGADO COORDENADORIA	06
01	SUPERINTENDENTE DE SAÚDE ODONTOLÓGICA	14
01	SUPERVISOR DE ENFERMAGEM	12
01	SUPERVISOR DE OFICINA MECÂNICA	12
01	SUBENCARREGADO LANÇADORIA	06

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 148 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I, II, IA E IIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Ficam criados os seguintes cargos, nas quantidades e referências abaixo:

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
11	Pajens	02 A 04
01	Lavadeira	02 A 04
03	Faxineiras	01 A 03
04	Cozinheira	02 A 04
02	Coletor de Lixo	04 A 06
01	Terapeuta Ocupacional	13 A 15
06	Jardineiro	03 A 05
03	Motoristas	05 A 07
03	Motoristas de Ônibus	06 A 08
01	Nutricionista	13 A 15
01	Telefonista	05 A 07
03	Tratorista	04 A 06
01	Prático de Panificação	08 A 10
01	Auxiliar de Panificação	04 A 06
01	Técnico de Laboratório	08 A 10
01	Biólogo	13 A 15
01	Farmacêutico Bioquímico	13 A 15
25	Agentes Comunitários	04 A 06
01	Assistente Social de Saúde	11 A 13
03	Assistente Cirurgião Dentista	05 A 07
01	Dentista	13 A 15
02	Auxiliar de Enfermagem	06 A 08
02	Enfermeiro	10 A 12
06	Auxiliar Serviços Esportivos	05 A 07
01	Engenheiro Agrícola	13 A 15
01	Operador de Maquina Esteira	10 A 12
01	Operador de Maq. Motoniveladora	10 A 12
03	Instrutor de Informática	10 A 12
01	Instrutor de Fanfarra	10 A 12
01	Instrutor de Música	10 A 12

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 504 DE 14 DE MAIO DE 2004

AUTORIZA O EXECUTIVO A RENOVAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL QUE SEDIA A CRECHE MUNICIPAL "FAVO DE MEL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação do imóvel situado na Estrada Municipal, lote 04/09, bairro Fundão, Holambra, com fim específico de servir de sede da Creche Municipal CECI "Favo de Mel".

Artigo 2º - A locação terá prazo de 01 (um) ano a contar de 01 de janeiro de 2.004 , prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais), perfazendo o valor total anual de R$ 9.000,00 (nove mil reais), valor este corrigidos anualmente pelo IGPM, Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.004.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 010, **DE 26 DE MAIO DE 2004**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a funcionária Leni Pereira dos Santos Ferreira, ocupante do cargo de Copeira I, trinta (30) dias de férias regulamentares, no período de 01 a 30 de junho de 2004, com descanso de 01 a 20 de junho de 2004.

Artigo 2º - Ficam autorizados os pagamentos de dez (10) dias em abono pecuniário, para recebimento junto com as férias, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º052, de 26 de setembro de 1995.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 26 de maio de 2004.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

Publicada por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº 018/2004
PROJETO DE LEI Nº 014/2004

DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, INSTITUI E DISCIPLINA O TERMO DE PARCERIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - Artigo 01 a 08.

Art. 1º. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei, pela Lei Federal n.° 9.790, de 23 de março de 1999 e Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

§1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§2º O reconhecimento da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei, pela Lei Federal n.° 9.790, de 23 de março de 1999 e Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Art. 2º. Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;
II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º. A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º. Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de Conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título

Art. 5º. Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter o reconhecimento da qualificação instituída por esta Lei perante a municipalidade, deverá formular requerimento escrito dirigido ao Executivo Municipal, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;
II - ata de eleição de sua atual diretoria;
III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
IV - declaração de isenção do imposto de renda;
V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes;
IV - certificado de qualificação expedido pelo Ministério da Justiça, nos termos dos arts. 5º e 6º, da Lei Federal n.° 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 6º. Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de forma paritária entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e à Secretaria de Negócios Jurídicos, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei Federal n.° 8429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar n.° 64, de 18 de maio de 1990 e Lei Federal n.° 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art.4º desta Lei.

Parágrafo Único. Na contratação de pessoal, será sempre indispensável a realização de processo seletivo.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Artigo 16 a 20.

Art. 16. É vedada às entidades reconhecidas pelo Município como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas, sob pena de perda do reconhecimento da qualificação.

Art. 17. O Executivo Municipal, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As omissões porventura contidas na presente Lei, serão supridas pela aplicação subsidiária da Lei Federal n.° 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de junho de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 011, DE 8 DE JUNHO DE 2004.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - O expediente na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo no dia 11 de junho de 2004, (Sexta-Feira) e voltará ao atendimento normal no primeiro dia útil consecutivo, dia 14 de junho de 2004 (Segunda-Feira).

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 8 de junho 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATO DA MESA N.º 031/2004

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA CÂMARA ITINERANTE NO BAIRRO MORADA DAS FLORES, PRÉDIO DA 3º IDADE.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, com fundamento na Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001,

DECIDE:

Artigo 1º- Nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução n.º 099 de 16 de agosto de 2001, **DESIGNAR** o Bairro Morada das Flores, para reunião da Câmara Itinerante, a realizar-se em 21 de julho de 2004, no Prédio da 3º Idade.

Artigo 2º- Determinar o deslocamento de todo o equipamento necessário à realização da Câmara Itinerante para o local referido no artigo 1º, na data mencionada.

Artigo 3º- Determinar seja dada ampla divulgação da realização da Câmara Itinerante objeto desta Resolução.

Artigo 4º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 31 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Para fins de cumprimento do artigo 274 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, comunicamos que, encontram-se a disposição da população para exame e apresentação de Emendas, ao Projeto de Lei nº 006/2004, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005, e dá outras providências".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 5 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

CLÓVIS DE OLIVEIRA MAITO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de São Joaquim da Barra/SP, à rua Paraná, 1.043 – centro – CEP 14600-000, fone / fax16 3728 – 5354, e-mail **camargomaito@com4.com.br**, vem pela presente, respeitosamente requerer o que segue:

1) A relação completa do nome dos vereadores desta Câmara Municipal, no período compreendido entre os anos 1 964 a 1 976;
2) O endereço e o telefone atualizado desta respeitável Casa de Leis Municipal;
3) O horário de funcionamento da Câmara (para contatos pessoalmente);
4) O nome do secretário da Casa (não o nome do Secretário da Mesa diretora, mas o do funcionário responsável pelo serviço de secretaria) .

Solicito especial atenção e se possível agilidade no atendimento do pleito, pois necessito com urgência efetuar a composição de um banco de dados com estas informações.

Termos em que

P. E. Deferimento.

São Joaquim da Barra / SP, 12 de maio de 2 004.

Clóvis de Oliveira Maito
requerente

Clóvis de Oliveira Maito
Rua Paraná, nº 1049.
Centro
São Joaquim da
Barra - SP.
14600-000

P/C.
Clóvis de Oliveira Inácio
FAX.(16)3728-5354

Conforme solicitado, passamos a resposta a seguir:

1- Vereadores comprendidos entre 1995
Andreas Adrianus Antonius Graat
Antonio José Esperança
Antonio de Souza
Aparício de Almeida
Donizeti Carvalho da Silva
Geraldo van Schaik
Marcel D.Souza Campos
Valter Costella
Iran Daier Brunhani

2- Endereço Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra.
Avenida Rota dos Imigrantes, 425- Centro- Caixa Postal-94
Cep.13.825-000 – FONE-FAX. 3802-1487
(19)

3- Horário de funcionamento,
das 7:00 às 17:00 horas

4- Chefe de Expediente e Secretaria
Andreia Pereira Campanha

Enc. Fax.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 009/2004
PROJETO DE LEI Nº 005/2004

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Arquivo Geral do Município da Estância Turística de Holambra, ao qual se subordinam tecnicamente, na condição de unidades setoriais, todos os arquivos da administração direta e indireta da Prefeitura.

Artigo 2º- O Arquivo Geral do Município tem como finalidades precípuas:

I- garantir acesso às informações contidas nos documentos sob sua guarda, observadas as restrições regimentais, na fase intermediária e de forma ampla, na fase permanente;

II- custodiar os documentos de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da prefeitura no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;

III- estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;

IV- estabelecer diretrizes e normas, articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Considera-se protocolo a unidade encarregada do recebimento, registro, distribuição e controle de tramitação de documentos.

§ 2º - À Unidade de arquivo corrente incumbe a guarda inicial de documentos cujos assuntos, embora solucionados, ainda recebem consulta freqüente.

Artigo 3º- O Arquivo Geral, órgão da divisão de cultura, subordinado ao Departamento de Cultura e Turismo terá a seguinte estrutura organizacional:

I- Divisão de Arquivo Intermediário,

II - Divisão de Arquivo Permanente,

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 011/2004
PROJETO DE LEI N.º 008/2004

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, a título de contribuição, recursos financeiros ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, a que aludem os arts. 14 a 17, da Lei Complementar Estadual n.º 870, de 19 de junho de 2000, conforme a Deliberação CD-RMC n.º 001/2004, do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

§ 1º. O valor dos recursos financeiros de que trata este artigo deverá ser obtido através da seguinte equação:

Vr = 0,1*M*ICMt

Sendo:

M = (P/Pt + ICM/ICMt) / 2

Onde:

Vr = Valor do Repasse

P = População do Município no exercício anterior (dados do IBGE)

ICM = Valor total dos repasses do ICMS ao Município no exercício anterior (dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo)

Pt = Total da população dos 19 (dezenove) Municípios da Região Metropolitana de Campinas no exercício anterior

ICMt = Total dos repasses do ICMS aos 19 (dezenove) Municípios da Região Metropolitana de Campinas no exercício anterior

M = % médio entre receita e população

0,1 = Percentual aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

§ 2º. Os recursos financeiros a que alude este artigo poderão ser repassados no exercício em até 10 (dez) parcelas iguais e mensais.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta lei onerarão a rubrica 04.122.0002.2.002000 – 33.50.41 - Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

(Cont. Autógrafo nº 011/2004)

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 010/2004
PROJETO DE LEI Nº 007/2004

ACRESCENTA PARAGRAFO ÚNICO À LETRA "F" DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 124/94 DE 15 DE SETEMBRO DE 1994 – QUE DISPÕE SOBRE REQUISITOS PARA DECLARAR ENTIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido o Parágrafo Único à Letra "F" do Artigo 3º da Lei Ordinária Municipal nº 124 de 15 de Setembro de 1994, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º....

f)...

Parágrafo Único – Excepcionalmente as ONGs de doações de órgãos, com no mínimo 06 (seis) meses de efetivo e contínuo funcionamento imediatamente anteriores, dentro de suas finalidades."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D'SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

(Cont. Autógrafo nº 010/2004)

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

S. D

(Cont. Autógrafo nº 009/2004)

II- Serviço de Apoio Normativo e Tecnológico,

III- Serviço de Apoio Cultural,

IV- Serviço de Apoio Administrativo.

Artigo 4º- Ao Arquivo Geral do Município, em suas competências gerais, incumbe:

I- garantir acesso às informações contidas na documentação sob sua custódia , ressalvados os casos de sigilo protegidos por lei;

II- receber, por transferência ou recolhimento, os documentos produzidos e acumulados pelo Poder Público Municipal;

III-receber, por doação ou compra, documentos de origem privada de interesse do município;

IV-conceder ***habeas data***, observados os termos do artigo 5º da Constituição Federal;

V-produzir, a partir de fontes não convencionais, documentos que registrem expressões culturais de interesse para o município;

VI-promover a interação sistêmica com os arquivos correntes e protocolos das repartições municipais;

VII- manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais;

VIII- custodiar, por intermédio de acordos previamente firmados e se houver conveniência e oportunidade, documentos de outras esferas e poderes governamentais.

Parágrafo Único – As competências especificas de cada unidade do Arquivo constarão de seu regimento interno, a ser baixado por ato próprio.

Artigo 8º - O Arquivo Geral, receberá recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário e ainda subvenções e auxílios do Governo Federais ou Estaduais, podendo inclusive receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 012/2004
PROJETO DE LEI Nº 009/2004

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR**
09- Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 154510029.1.014000 Construção, Reforma e Ampliação De Praças, Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção do Parque dos Pássaros	R$ 113.083,23

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 81/02 – SCTDET - Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE, conforme disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais á data de 01 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

(Cont. Autógrafo nº 012/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 013/2004
PROJETO DE LEI Nº 010/2004

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ONG "DOE VIDA"

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG "DOE VIDA".

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 014/2004
PROJETO DE LEI Nº 011/2004

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08- Saúde 01- FMS - Atenção Básica 103010026.1.038000 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00.0000 Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	R$ 39.990,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 1850/2003 – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à data de 30 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Cont. Autógrafo nº 014/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 015/2004
PROJETO DE LEI Nº 012/2004

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Divisão de Finanças e Dependências, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 115.884,00 (Cento e quinze mil e oitocentos e oitenta e quatro), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

03.....	Finanças.....	
03.....	Tributação.....	
041290010.1.04100..	Programa de Modernização da da Administração Tributária - PEMAT.....	
4.4.90.35.....	Serviços de Consultoria.....	R$ 38.254,00
4.4.90.39.....	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	R$ 20.140,00
4.4.90.51.....	Obras e Instalações.....	R$ 12.080,00
4.4.90.52.....	Equipamentos e material permanente.....	R$ 45.410,00

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes da Operação de Crédito Interna, destinado ao "Programa de Modernização da Administração Tributária – PEMAT".

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais á data de 30 de abril de 2004.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

(Cont. Autógrafo nº 015/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 16/2004
PROJETO DE LEI N.º013/2004

AUTORIZA O EXECUTIVO A RENOVAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL QUE SEDIA A CRECHE MUNICIPAL "FAVO DE MEL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação do imóvel situado na Estrada Municipal, lote 04/09, bairro Fundão, Holambra, com fim específico de servir de sede da Creche Municipal CECI "Favo de Mel".

Artigo 2º - A locação terá prazo de 01 (um) ano a contar de 01 de janeiro de 2.004 , prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais), perfazendo o valor total anual de R$ 9.000,00 (nove mil reais), valor este corrigidos anualmente pelo IGPM, Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.004.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Cont. Autógrafo nº 016/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

AUTÓGRAFO Nº 017/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2004

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o parcelamento e o reparcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2003, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial , segundo os seguintes critérios:

I – para os débitos inscritos em dívida ativa constituídos até 31 de dezembro de 2003, que não foram objeto de acordo anterior, firmado com o Município:

a) para pagamento em até 20 (vinte) parcelas mensais, a partir da publicação desta Lei, o desconto será de 5% (cinco por cento) na multa e juros.

b) para pagamento em até 10 (dez) parcelas mensais a partir da publicação dessa Lei, o desconto será de 10% (dez por cento) na multa e juros.

c) para pagamento à vista, em até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, o desconto será de 20% (vinte por cento) na multa e juros.

II – para débitos constituídos até 31 de dezembro de 2003, inscritos na dívida ativa, que já foram objeto de negociação com o Município e cujos acordos não foram cumpridos:

a) pagamento em até 08 (oito) parcelas devidamente corrigidos, com a multa e juros legais, na forma de Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 121 de 27/12/2001.

b) Pagamento à vista em até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, com desconto de 10% (dez por cento) na multa e juros.

§ 1º – A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do "caput" do presente artigo, onde o contribuinte será

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Cont. Autógrafo nº 017/2004

notificado para efetuar o pagamento a vista, sendo-lhe facultado ingressar com pedido de parcelamento e reparcelamento do débito.

§ 2º - Não gozarão dos benefícios previstos nesta Lei, as dívidas ativas de contribuintes, que já possuam parcelamento de débitos junto ao Município, objeto de acordo extra judicial ou judicial, bem como àquelas, objeto de acordos firmados, que não tenham sido regularmente cumpridas.

Artigo 2º - O benefício fiscal previsto no Inciso I do artigo 1º, independe da aprovação do Prefeito, considerando-se automaticamente concedido a partir da data da publicação desta Lei, desde que cumprido o prazo previsto nesta Lei.

Artigo 3º - O contribuinte deverá requerer o parcelamento e/ou reparcelamento previsto nos incisos I e II do artigo 1º desta Lei, impreterivelmente até 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

§ 1º – Os requerimentos de parcelamento e/ou reparcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverão ser protocolados junto a Lançadoria, no prazo referido no *caput,* com a indicação do número de parcelas desejadas e das garantias oferecidas, que poderão ser representadas por hipoteca ou caução de nota promissória avalizada.

§ 2º – A apresentação do requerimento de parcelamento e/ou reparcelamento importa na confissão da dívida e não implica obrigatoriedade do seu deferimento.

§ 3º – O Chefe do Poder Executivo poderá delegar competência ao Chefe da Lançadoria e ao Procurador do Município, cada qual em sua área de atuação, para receber e apreciar os pedidos de parcelamento e/ou reparcelamento apresentado pelo contribuinte.

§ 4º – A concessão de parcelamento e/ou reparcelamento, que corresponderá a formalização do acordo com o contribuinte, deverá estar devidamente fundamentada pela autoridade competente que o deferir.

§ 5º – Os requerimentos apresentados fora do prazo de que trata o presente artigo, não serão conhecidos e apreciados pelo setor competente.

Artigo 4º - O saldo devedor parcelado e/ou reparcelado em reais, será atualizado segundo índice adotado pelo Município.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Cont. Autógrafo nº 017/2004

Artigo 5º - Os débitos fiscais parcelados e ou reparcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, mais multa de 10% sobre o total do acordo firmado.

Artigo 6º - O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento do boleto de cobrança bancária, emitido na forma do artigo terceiro, ou como representativo das prestações do objeto dos parcelamentos e/ou reparcelamento formalizados, poderá ensejar, à critério da Administração, no imediato encaminhamento a protesto extrajudicial do débito fiscal.

§ 1º – Decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento do contribuinte, este perderá os benefícios concedidos por esta Lei, hipótese que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados, com os acréscimos legais previstos nesta Lei.

§ 2º - Todos os valores inscritos em dívida ativa, objeto de benefício por esta Lei, em caso de não pagamento serão remetidos à procuradoria da fazenda Municipal para cobrança judicial.

Artigo 7º - O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedida ou reconhecida em processo eivado de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 8º - A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Artigo 9º – Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços do Banco do Brasil S.A.

Artigo 10 – O Poder Executivo, poderá expedir atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta Lei.

Artigo 11 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

(Cont. Autógrafo nº 017/2004)

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 008/2004
PROJETO DE LEI Nº 004/2004

INSTITUI O PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS da Estância Turística de Holambra, que responsabilizar-se-á pela promoção da saúde e implantação da iniciativa de um Município Saudável em Holambra.

Artigo 2º - Compete ao Programa de Políticas Saudáveis de Holambra, em conjunto com o Departamento Municipal de Saúde:

I – Iniciar o processo de constituir-se "Município Saudável";

II – Promover a construção de ambientes físicos e sociais saudáveis e seguros;

III – Estabelecer um Comitê Intersetorial que responsabilizar-se-á por coordenar os projetos voltados ao Programa, com a participação de representantes dos diferentes departamentos municipais, poder legislativo e organizações de sociedade civil.

Artigo 3º - Fica vedado qualquer tipo de remuneração aos membros do Comitê Intersetorial, cujas atividades serão consideradas como serviços de relevância pública.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 6 de maio de 2004.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Cont. Autógrafo nº 008/2004

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da portaria da Câmara, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 151 DE 15 DE ABRIL DE 2004

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 37 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 149 DE 05 DE MARÇO DE 2004.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica por esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 37 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 2002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 41/03 que passa a vigorar com a seguinte redação :

"Artigo 37 – A contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangidos por esta Lei, serão descontadas:

§ 1º - Se o contribuinte obrigatório vier a exercer cargo em comissão, a contribuição será calculada sobre o total da remuneração percebidos no exercício desse cargo, observado o disposto na legislação vigente.

§ 2º - Se o contribuinte obrigatório vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo, a contribuição será calculada sobre os totais da remuneração correspondentes a esse cargo ou função, enquanto no exercício do mesmo.

§ 3º - Na hipótese de acumulação permitida em Lei , a contribuição será calculada sobre os totais da remuneração correspondendo aos cargos ou funções acumuladas.

§ 4º - Para os servidores ativos serão descontados 11% da sua remuneração mensal.

§ 5º - Para os inativos e pensionistas os 11% incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que superar 50% dos limites máximos estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da C.F."

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2004.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de Abril de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº006, **DE 19 DE MARÇO DE 2004**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A FUNCIONÁRIO DESTA CÂMARA MUNICIPAL.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a partir de 09 de janeiro de 2004, com escopo no artigo 180, da L.C. nº052, de 25 de setembro de 1995, o segundo (2º) Adicional por Tempo de Serviço, ao funcionário Luiz Carlos de Campos – R.G. nº 11.983.092-9, Chefe de Divisão de Contadoria, referência 13, Anexo Único, Pessoal Efetivo, da Resolução nº 022, de 12 de abril de 1995.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de fevereiro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 009, **DE 27 DE ABRIL DE 2004**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a funcionária DANIELA CRISTINA SANTOS, ocupante do cargo de Secretária III, trinta (30) dias de férias regulamentares, no período de 02 a 31 de maio de 2004, com descanso de 02 a 21 de maio de 2004.

Artigo 2º - Ficam autorizados os pagamentos de dez (10) dias em abono pecuniário, para recebimento junto com as férias, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º052, de 26 de setembro de 1995.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 27 de abril de 2004.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

Publicada por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 001/2004 **DE 02 DE JANEIRO DE 2004**

DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA PARA 2004.

Considerando o artigo 30, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 83, da Lei Complementar n.º 052, de 25 de setembro de 1995, que Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica estabelecida a escala de férias dos funcionários da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para o exercício de 2004, da seguinte forma:

NOME	CARGO	PERÍODO
ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA	CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA	01/11 A 30/11/2004
DANIELA CRISTINA SANTOS	SECRETÁRIA III	02/05 A 31/05/2004
LENI PEREIRA DOS SANTOS FERREIRA	COPEIRA	01/06 A 30/06/2004
NOEMIA TOMAZ VIEIRA	SECRETÁRIA III	01/02 A 01/03/2004

Artigo 2º - As férias serão concedidas mediante requerimento do funcionário, e a critério da administração, poderá haver alteração nos períodos pré-definidos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 02 de janeiro de 2004.

MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

Publicada por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

Andréia Pereira Campanha
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA Nº 004 **de 19 de fevereiro de 2004.**

Nomeia Comissão de Assuntos Relevantes, para o fim que especifica.

Marcel D.Souza Campos, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Artigo 1º- Nomear os membros da Comissão de Assuntos Relevantes, objeto do Requerimento nº 002/2004, que "Requer a Criação de Comissão de Assuntos Relevantes, destinada a alteração, correção e reforma da Resolução nº 11 de 18 de agosto de 1994 (Regimento Interno)", de autoria do Vereador Marcel D.Souza Campos.

Artigo 2º- A comissão de que trata a portaria, terá o prazo de 90 (noventa) dias para elaborar seu parecer.

Artigo 3º- Para a finalidade de que trata o artigo anterior, compõe a referida Comissão, constituída na forma regimental os seguintes Vereadores:

- Vereador Marcel D.Souza Campos (PTB) - Presidente
- Vereador Dr. Humberto Marino de Lúcia (PP)- Membro
- Vereadora Jacinta Elizabeth Van Den Broek Heijden (PT)- Membro
- Vereador José Marcos de Souza (PFL)- Membro
- Vereador Pedro Wanderlei Galli (PSDB) - Membro

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação, revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de fevereiro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Andréia Pereira Campanha
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº007/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2004

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 37 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 149 DE 05 DE MARÇO DE 2004.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica por esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 37 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 20002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 041/03 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 37- A contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangidos por esta Lei, serão descontadas:

§ 1º- Se o contribuinte obrigatório vier a exercer cargo em comissão, a contribuição será calculada sobre o total da remuneração percebidos no exercício desse cargo, observado o disposto na legislação vigente.

§ 2º- Se o contribuinte obrigatório vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo, a contribuição será calculada sobre os totais da remuneração correspondentes a esse cargo ou função, enquanto no exercício do mesmo.

§ 3º- Na hipótese de acumulação permitida em Lei, a contribuição será calculada sobre os totais da remuneração correspondente aos cargos ou funções acumuladas.

§ 4º- Para os servidores ativos serão descontados 11% da sua remuneração mensal.

§ 5º- Para os inativos e pensionistas os 11% incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que superar 50% dos limites máximos estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social de que trata o artigo 201 da C.F. "

Artigo 2º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de abril de 2004.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 005/2004
PROJETO DE LEI Nº 003/2004.

ALTERA A EMENTA, O ARTIGO 1º E O ARTIGO 3º DA LEI Nº 492 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica alterada a Ementa da Lei nº 492 de 18 de Dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A REVENDER ATRAVÉS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA OS LOTES DE TERRENOS REAVIDOS DOS LOTEAMENTOS PARQUE DOS IPÊS E JARDIM FLAMBOYANT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 2º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 492 de 18 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Município autorizado a proceder a revenda dos lotes reavidos por força do Decreto nº 424/02, na forma de que preceitua o artigo 17, I, da Lei nº 8.666/93 através de Concorrência Pública, para fins de programa habitacional no Município de interesse social."

Artigo 3º - Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 492 de 18 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º - Os lotes reavidos serão revendidos através de Concorrência Pública, para aquisição de bem imóvel para o suprimento de déficit habitacional de famílias carentes, previamente inseridas no Programa Habitacional do Município."

Artigo 5º - Todos os demais artigos mantêm-se inalterados.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 12 de fevereiro de 2004, revogadas disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de março de 2004.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vereadora/Vice-Presidente

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vereador/1° Secretário

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/2° Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 006/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2004.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL – CECI ABELHINHA NO BAIRRO PALMEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º- Fica criado o "CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL – CECI ABELHINHA", no Bairro Palmeiras, órgão da divisão de creche, subordinado ao Departamento de Educação, conforme dispõe o artigo 18 da Lei 10/93, cuja finalidade é assistencial e educacional à criança e família promovendo o desenvolvimento moral, social e educacional dos menores e seus familiares.

Artigo 2º - O "CENTRO DE EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL – CECI ABELHINHA", receberá recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário e ainda subvenções e auxílios do Governo Federal ou Estadual, podendo inclusive receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 3º - O Poder Executivo Municipal regulamentará as providências necessárias no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Lei, para a estrutura da Secretaria Executiva do "CECI ABELHINHA" subordinada ao Departamento de Educação seu regulamento e funcionamento, bem como a nomeação de seus integrantes.

Artigo 4º - A despesas decorrentes com esta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria vigente no orçamento sob o código nº 4.3-0841190.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário de 02 de fevereiro de 2004.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de março de 2004.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vereadora/Vice-Presidente

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vereador/1° Secretário

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/2° Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 004/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004.

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 36 E 37 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 127 DE 20 DE MAIO DE 2002.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º- Fica esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 36 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 2002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 41/03 que passa a vigorar com a seguinte redação e acrescenta Parágrafo Único:

"Artigo 36 – A contribuição previdenciária compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros órgãos empregadores é constituída de recursos do Orçamento e é calculada sobre o total mensal creditado em folha de pagamento dos servidores ativos, abrangidos por esta Lei, mediante a aplicação da alíquota de 11% (onze por cento).

Parágrafo Único – Sendo necessárias alterações da contribuição patronal a alíquota apresentada em cálculo autuarial deverá constar na LDO para o exercício seguinte."

Artigo 2º - Fica por esta Lei Complementar alterada a redação do artigo 37 da Lei Complementar nº 127 de 20 de maio de 2002, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 41/03, excluem-se os § 1º, 2º e 3º e acrescenta os Incisos I e II, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 37 – A contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangidos por esta Lei, serão descontadas:

I. Para os servidores ativos serão descontados 11% de sua remuneração mensal;

II. Para os inativos e pensionistas os 11% incidirá apenas sobre a parcela de proventos que superar 50% dos limites máximos estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da C.F."

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Artigo 3° - °- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1° de janeiro de 2004.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de março de 2004.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vereadora/Vice-Presidente

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vereador/1° Secretário

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/2° Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDRÈIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PORTARIA N.º 005,

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Artigo 1º - O expediente na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, será facultativo nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2004, Segunda-Feira e Terça-Feira de Carnaval e voltará ao atendimento normal no primeiro dia útil consecutivo, a partir das 13:00 horas.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 19 de fevereiro de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ATO DA MESA N.º 028, **DE 27 DE FEVEREIRO DE 2004.**

CONCEDE 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO EM DESCANSO À FUNCIONÁRIA NOEMIA TOMAZ VIEIRA.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando o que dispõe os artigos 116 a 120, da Lei Complementar nº052, de 25 de setembro de 1995 e Ato da Mesa nº010, de 24 de abril de 2001,

D E C I D E:

Artigo 1º - Conceder à funcionária Noemia Tomaz Vieira, portadora do R.G. nº 33.744.211-3, Secretária III, referência 08, Anexo Único, Tabela II, Pessoal Efetivo, da Resolução nº 022, de 12 de abril de 1995, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio em descanso, de 01 de março a 14 de abril de 2004, referente ao período aquisitivo de 16 de fevereiro de 1996 a 13 de fevereiro de 2001.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 27 de fevereiro de 2004.

Vereador Marcel Donizeti de Souza Campos
Presidente

Vereadora Solange Maria de Carvalho Mota
Vice-Presidente

Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat
1º Secretário

Vereador José Marcos de Souza
2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Andréia Pereira Campanha
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 003/2004
PROJETO DE LEI Nº 002/2004.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 391 DE 06/08/2001 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA "MÉDICO DE FAMÍLIA", NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica alterado por esta Lei Municipal o artigo 1º da Lei nº 391 de 06 de agosto de 2001, que passa a viger com a seguinte redação:

"Artigo 1º - fica criado no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, e afeto à Diretoria Municipal de Saúde, o PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA" MÉDICO DE FAMÍLIA "como estratégia de mudança do modelo assistencial e em consonância com as diretrizes básicas da Secretaria de Saúde e Ministério da Saúde, a ser prestado por 03 (três) equipes de saúde, composta dentre outros por":

I – 01 (um) Médico;
II – 01 (um) Enfermeiro e
III – 02 (dois) Auxiliares de Enfermagem e
IV – 06 (seis) Agentes Comunitários de Saúde;
V – 01 (um) Dentista;
VI – 01 (um) ACD - Auxiliar de Cirurgião Dentista."

Artigo 3º - Os demais artigos da Lei Municipal nº 391 de 06 de agosto de 2001, permanecem inalterados.

Artigo 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de fevereiro de 2004.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vereadora/Vice-Presidente

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vereador/1º Secretário

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº 002/2004
PROJETO DE LEI Nº 001 /2004.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O COLÉGIO VAN GOGH - COC HOLAMBRA/CEPHOL CENTRO PROFISSIONALIZANTE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu Celso Capato, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termos de Convênio e Aditivos com o COLÉGIO VAN GOGH – COC HOLAMBRA/CEPHOL CENTRO PROFISSIONALIZANTE HOLAMBRA, para o desenvolvimento de Projeto Educacional, o qual será criado um espaço para produção das espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, nativas e exóticas, e também para a instalação de uma estação meteorológica.

Artigo 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de fevereiro de 2004.

MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Vereador/Presidente

SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vereadora/Vice-Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Vereador/1º Secretário

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/2º Secretário

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal.

ANDRÉIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº 001/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2004.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I, II, IA E IIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1° - Ficam criados os seguintes cargos, nas quantidades e referências abaixo:

ANEXO I
QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
11	Pajens	02 A 04
01	Lavadeira	02 A 04
03	Faxineiras	01 A 03
04	Cozinheira	02 A 04
02	Coletor de Lixo	04 A 06
01	Terapeuta Ocupacional	13 A 15
06	Jardineiro	03 A 05
03	Motoristas	05 A 07
03	Motoristas de Ônibus	06 A 08
01	Nutricionista	13 A 15
01	Telefonista	05 A 07
03	Tratorista	04 A 06
01	Prático de Panificação	08 A 10
01	Auxiliar de Panificação	04 A 06
01	Técnico de Laboratório	08 A 10
01	Biólogo	13 A 15
01	Farmacêutico Bioquímico	13 A 15
25	Agentes Comunitários	04 A 06
01	Assistente Social de Saúde	11 A 13
03	Assistente Cirurgião Dentista	05 A 07
01	Dentista	13 A 15
02	Auxiliar de Enfermagem	06 A 08
02	Enfermeiro	10 A 12
06	Auxiliar Serviços Esportivos	05 A 07
01	Engenheiro Agrícola	13 A 15
01	Operador de Maquina Esteira	10 A 12
01	Operador de Maq. Motoniveladora	10 A 12

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

03	Instrutor de Informática	10 A 12
01	Instrutor de Fanfarra	10 A 12
01	Instrutor de Música	10 A 12

ANEXO II

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	Coordenador de Creche	11
01	Chefe de Divisão de PSF	13
01	Chefe de Divisão de Patrimônio	13
01	Coordenador de Patrimônio	11
01	Coordenador de Posto da Saúde da Família	11
01	Chefe de Divisão de Serviço de Água e Esgoto	13

ANEXO IA

QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
02	Professores de Ensino Fundamental I	M II
02	Professores de Ensino Fundamental II	M IV
02	Professores de Educação Infantil	M I
01	Professor de Educação Especial	M III

ANEXO IIA

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	Vice – Diretor de Unidade Educacional	M V
01	Coordenador de Unidade de Educação Inf.	M V
01	Diretora de Unidade Educacional	M V

Artigo 2° - Ficam extintos os seguintes cargos, nas quantidades e referências abaixo:

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
02	Ajudante de cozinha	01 a 03
01	Ajudante de Encanador	01 a 03
01	Ajudante de Mecânico	01 a 03
01	Auxiliar de Serv. e Trabalhos Manuais	07 a 09
01	Agrônomo	13 a 15
02	Armador	05 a 07
03	Escriturário	05 a 07
02	Operador de Máquina	06 a 08
08	Serviços Gerais	01 a 03
01	Serralheiro	04 a 06
01	Soldador	06 a 08
01	Veterinário	13 a 15
03	Vigia	03 a 05
01	Zelador	03 a 05

ANEXO II

QUADRO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
04	Agente Comunitário	04
01	Instrutor de Música	07

Artigo 4° - As tabelas inclusas, de Empregos do Quadro Permanente e em Comissão constantes dos Anexos I, II, IA e IIA substituem as tabelas em vigor.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 05 de fevereiro de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO
Vice-Presidente

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
1º Secretário

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Publicado por afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO I
CARGOS PERMANENTES

QTDE.	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
25	AGENTE COMUNITÁRIO	04 A 06
10	AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III	01 A 03
02	AJUDANTE DE COZINHA I, II, III	01 A 03
03	ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA	05 A 07
06	ATENDENTE DE ENFERMAGEM I, II, III	05 A 07
10	AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III	06 A 08
01	AUXILIAR DE DEPTº PESSOAL I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III	07 A 09
02	AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III	07 A 09
03	AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III	07 A 09
01	AUXILIAR DE PANIFICAÇÃO	04 A 06
06	AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS	05 A 07
01	ALMOXARIFE I, II, III	08 A 10
01	AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ARQUITETO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
02	ASSISTENTE SOCIAL, JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	ASSISTENTE SOCIAL SAÚDE	11 A 13
01	BIBLIOTECÁRIO I, II, III	11 A 13
01	BIÓLOGO	13 A 15
02	CARPINTEIRO I,II,III	07 A 09
05	*COLETOR DE LIXO I, II, III*	*04 A 06*
01	CONTÍNUO I, II, III	01 A 03
05	COORDENADOR PEDAGÓGICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
01	COPEIRA I, II, III	02 A 04
01	COVEIRO I, II, III	04 A 06
17	*COZINHEIRA I, II, III*	*02 A 04*
07	DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	DESENHISTA I, II, III	09 A 11
01	ELETRICISTA I, II, III	07 A 09
07	ESCRITURÁRIO I, II, III	05 A 07
02	ENCANADOR I, II, III	04 A 06
05	ESTAGIÁRIO I, II, III	05 A 07
01	ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III	07 A 09
02	ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III	07 A 09
04	ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER	10 A 12
02	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ENGENHEIRO AGRÍCOLA	13 A 15
01	FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	*FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO*	*13 A 15*
33	*FAXINEIRA I, II, III*	*01 A 03*
02	FISCAL DE OBRAS I, II, III	08 A 10

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

02	FISCAL SANITÁRIO I,II,III	08 A 10
01	FISCAL TRIBUTÁRIO I,II,III	08 A 10
01	FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER	11 A 13
29	GUARDA MUNICIPAL I, II, III	07 A 09
09	INSPETOR DE ALUNO I, II, III	03 A 05
01	INSTRUTOR DE ENS. PROFISS. JUNIOR, SENIOR E MASTER	12 A 14
03	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	10 A 12
01	INSTRUTOR DE MÚSICA	10 A 12
01	INSTRUTOR DE FANFARRA	10 A 12
13	JARDINEIRO I, II, III	03 A 05
05	LAVADEIRA I, II, III	02 A 04
01	MECÂNICO I, II, III	07 A 09
26	MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
14	MÉDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
18	MERENDEIRA I, II, III	02 A 04
13	MOTORISTA I, II, III	05 A 07
11	MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III	07 A 09
09	MOTORISTA ONIBUS I, II, III	06 A 08
03	MONITOR, I, II, III	03 A 05
02	NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
01	ORIENTADOR FUTEBOL I, II, III	07 A 09
04	OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III	06 A 08
01	OPERADOR DE MÁQUINA ESTEIRA	10 A 12
01	OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA	10 A 12
45	PAJEM I, II, III	02 A 04
01	PRÁTICO DE PANIFICAÇÃO	08 A 10
09	PEDREIRO I, II, III	05 A 07
02	PINTOR I,II,III	06 A 08
17	PROFESSOR I, II, III	07 A 09
01	PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III	07 A 09
02	PROFESSOR ED.FÍSICA JUNIOR, SENIOR, MASTER	07 A 09
02	PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
09	RECEPCIONISTA I, II, III	04 A 06
12	SERVIÇOS GERAIS I, II, III	01 A 03
02	SECRETÁRIA I, II, III	06 A 08
01	TÉCNICO AGRÍCOLA I,II,III	08 A 10
02	TÉCNICO RAIO X I,II,III	08 A 10
01	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	08 A 10
02	TELEFONISTA I, II, III	05 A 07
02	TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER	13 A 15
08	TRATORISTA I, II, III	04 A 06
06	TRATADOR DE ÁGUA I, II, III	04 A 06
01	TESOUREIRO I, II, III	13 A 15
07	VIGIA I, II, III	03 A 05
02	ZELADOR I, II, III	03 A 05

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO

QTDE.	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
01	ASSESSOR DE IMPRENSA	13
01	ASSESSOR DEPARTAMENTO JURÍDICO	13
02	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	13
01	COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL	15
01	CHEFE DE GABINETE	15
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CONTADORIA	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE FINANÇAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE LANÇADORIA	13
01	CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE	13
01	CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	13
01	CHEFE DO DEPARTAMENTO BEM ESTAR SOCIAL	13
01	CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PSF	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	13
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	13
05	CONSELHEIRO TUTELAR	09
02	*COORDENADOR ADMINISTRATIVO*	*11*
01	COORDENADOR DE POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	11
01	COORDENADOR DE PATRIMÔNIO	11
04	COORDENADOR DE CRECHE	11
02	COORDENADOR DE ESCOLA	11
01	COORDENADOR DO SETOR DE EPIDEMIOLOGIA	11
02	COORDENADOR DE OBRAS	11
01	COORDENADOR DA OFICINA ABRIGADA	11
01	COORDENADOR DE ESPORTES	11
01	COORDENADOR DE TURISMO	11
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	17
01	DIRETOR DEP.BEM ESTAR SOCIAL	17
01	DIRETOR DE SAÚDE	17
01	DIRETOR DE EDUCAÇÃO	17
01	DIRETOR DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	17
01	DIRETOR DE FINANÇAS	17
01	DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	17
01	DIRETOR DE PLANEJAMENTO	17
01	DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO	17

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

01	ENCARREGADO DE JARDINAGEM	08
01	ENCARREGADO POSTO SAÚDE	08
01	ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE ÁGUA	08
01	ENCARREGADO DE COZINHA	08
01	MOTORISTA EXECUTIVO	10
01	PROCURADOR JURIDICO	15
01	SUBENCARREGADO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO	06
01	SUBENCARREGADO COORDENADORIA	06
01	SUPERINTENDENTE DE SAÚDE ODONTOLÓGICA	14
01	SUPERVISOR DE ENFERMAGEM	12
01	SUPERVISOR DE OFICINA MECÂNICA	12
01	SUBENCARREGADO LANÇADORIA	06

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ANEXO I A

CARGOS PERMANENTES

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
28	Professor de Educação Infantil	M I
30	Professor Ensino Fundamental I	M II
39	Professor Ensino Fundamental II	M IV
04	Professor Educação Especial	M III

ANEXO II A

CARGOS EM COMISSÃO

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
03	Coordenador de Unidade de Educação Infantil	M V
02	Vice-Diretor de Unidade Educacional	M V
05	Diretor de Unidade Educacional	M V
01	Supervisor de Educação	M V
01	Orientador em Educação Especial	M IV

ANEXO II B

FUNÇÃO DE CONFIANÇA

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
08	Coordenador Pedagógico	MV

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.